

ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2015

Aos 17 dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, pelas nove horas e trinta e sete minutos, no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 4ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Tânia Gil da Rocha.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista

Ana Maria Sousa de Lima Borges • António Toledo Alves • Carlos Jorge Belerique Ormonde • Davide Gabriel Cabral dos Reis • Hélio Manuel Melo Vieira • Irina dos Santos Mendes Pimentel • Isabel Maria Diniz Berbereia • João Carlos Castro Tavares • João Luís Sanchez dos Santos • José Fraga Ferreira Machado • José Machado Ferreira dos Santos • Luís Leonel Teixeira Salvador • Manuel Henrique Assis Ferreira • Marília Margarida Enes Garcia de Vargas • Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba • Paulo Jorge Pimentel da Silva • Ricardo Manuel Rodrigues de Barros • Rogério Paulo Nogueira e Sousa • Rui Manuel Pacheco Lopes • Salvador da Rocha Lopes • Tânia Gil da Rocha • Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo Municipal do Partido Social democrata

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva • Elsa Maria Silva Carvalho Costa • Francisco José Lopes Câmara • Francisco Manuel Leonardo dos Santos • Honorato Bettencourt Lourenço • Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa • Manuel Conde Bettencourt • Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa • Péricles Pereira Ortins • Rita Olaio de Mendonça Andrade • Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP

António Félix Flores Rodrigues • Michele Soveta Aguiar • Mário José Correia da Silva • Pedro Miguel de Borba Ferreira.

Grupo de cidadãos das Cinco Ribeiras

José Cipriano Sousa Martins.

Câmara Municipal

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Catarina Cristina Ribeiro da Rocha Gonçalves Silva Matias • Fernando Francisco de Paiva Dias • Guido de Luna da Silva Teles • José Gaspar Rosa de Lima • Nuno Alberto Lopes Melo Alves • Raquel Gomes Caetano Ferreira.

Posta à discussão e sem que se registassem quaisquer intervenções, a ata da sessão de 30 de junho de 2015 foi aprovada com 33 votos a favor e 2 abstenções.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente, colocando-o à disposição dos senhores deputados e dando conta dos seguintes pontos:

- **Salão Internacional de Equipamentos e Serviços Municipais a realizar-se em Espanha.**
- **Duas petições enviadas ao presidente da Assembleia, com vista a uma taxa de IMI mais justa para famílias numerosas, nas quais se colocam as seguintes questões:**
 - 1 – Se a Câmara Municipal apresentou alguma proposta à Assembleia para a fixação da taxa do IMI e se a mesma prevê a redução de 20% para as famílias numerosas conforme autorizado pelo Orçamento de Estado.
 - 2 – Se a Assembleia Municipal vai instar a Câmara a apresentar uma proposta de fixação de valor anual da taxa do IMI que contemple a referida redução de 20%.
- **Carta enviada pela Inspeção Administrativa Regional sobre a inspeção ordinária aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo.**
- **Resposta a um requerimento do CDS-PP sobre a nova escola de Santa Bárbara que já fora enviada ao respetivo grupo parlamentar.**

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram quaisquer pedidos de intervenção por parte do público.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados. Depois de uma vivência um pouco chuvosa passada na ilha, achei importante colocar a esta Assembleia e ao senhor presidente da Câmara, algumas reflexões que me foram ocorrendo nos últimos dias aconselhadas pelo travesseiro.

Estou convicto de que, como munícipes, estamos bem protegidos por termos um presidente da Câmara com conhecimentos académicos e científicos na área do ambiente, além da sua sensibilidade e capacidade para agir de acordo com os problemas que vão surgindo. Ninguém consegue domar a natureza e não há engenharia que resista à sua força mas podem ser minoradas certas situações historicamente recorrentes.

Quem possuir o mínimo conhecimento da história deste concelho ou ler os prospectos turísticos, sabe que a opção da criação da cidade neste local deveu-se a razões de ventos e correntes marítimas que condicionavam a navegação à vela. No entanto, havia um *handicap* negativo muito grande porque, ao que parece, a cidade tinha as mesmas colinas de Lisboa. O povoamento ficaria numa zona baixa, o mais próxima possível do mar e a Praça Velha era uma zona pantanosa que o Álvaro Martins Homem fez o favor de domesticar e transformar na sala de visitas da futura vila, depois cidade. Quando chove muito a praça transforma-se num lago, a água tem que seguir para algum lado e a rua Direita é a ribeira natural de escoamento.

Julgo que não seria bom para esta Assembleia e para a vereação camarária se ninguém dissesse nada após este pequeno infortúnio e, com base nisso, avanço com algumas ideias que me parecem pertinentes.

A questão das ribeiras tem que ser devidamente estudada com cartas de risco de natureza hídrica. O senhor presidente da Câmara, devido à sua formação e como homem de ação, tem a

obrigação de tentar corrigir estas situações e as cartas hídricas são fundamentais para a tomada de decisões técnicas.

As autoridades municipais e governamentais devem fazer levantamentos exaustivos das zonas de risco e proceder tecnicamente em conformidade, estudando um sistema de saneamento e recolha de águas pluviais com margens de segurança acima dos caudais esperados em dias mais chuvosos.

Desconheço os cálculos feitos pelos técnicos nos últimos 40 ou 50 anos relativos à capacidade de débito das condutas de escoamento das águas pluviais, sobretudo nas zonas mais críticas em direção ao mar, evitando por exemplo, que a rua Direita seja transformada numa ribeira brava.

Passando a outra questão que me foi levantada por algumas pessoas, correu o boato de que o hospital de Angra esteve isolado transitoriamente devido à falta de condições de circulação, o que me parece estranho, tendo em conta as várias alternativas. O mentideiro local dizia à boca pequena que o hospital fora construído sobre uma falha geológica grave e andavam a mexer nas linhas de água, o que daria barraca mais tarde ou mais cedo.

Na altura foi ainda levantada outra questão pelo facto de um edifício moderno com uma área enorme e possibilidade de expansão, se socorrer do heliporto da Proteção Civil que não deve servir para o transporte de doentes com todas as demoras que possam surgir.

A Proteção Civil deve ter um heliporto porque, em situações de catástrofe, o quartel-general deve estar operacional para transportar o seu pessoal por via aérea caso não o possa fazer por terra e o hospital deve ter o seu próprio heliporto.

Como não sou técnico, não me compete delinear as estratégias para a minoração das situações mas estamos curiosos para saber que medidas de médio e longo prazo o senhor presidente pensará apresentar para ficar na história como o homem que deu a volta aos problemas crónicos centenários da cidade de Angra.

Quem sobe em direção ao hipermercado vê uma placa numa daquelas casinhas ao pé da ribeira a dar conta de uma tromba de água ocorrida em tempos mas não precisamos de placas para nos avivarem a memória; basta ter-se olhos na cara para se perceber quando uma ribeira poderá transbordar fazendo com que as casas mais próximas venham a sofrer as consequências.

O Diário insular falava em assobiar para o lado quando as catástrofes acontecem o que tem sido uma prática histórica das nossas autoridades políticas ao afirmarem que são situações excecionais que só acontecem de 50 em 50 anos.

Os senhores presidentes de junta devem proceder ao levantamento das situações ocorridas nas suas áreas e reportá-las à Câmara para que esta aja em conformidade e poderá haver a necessidade de alterar algumas situações tomadas até agora. No caso da ribeira da Ribeirinha, que sofreu intervenções recentes, é necessário perceber se o caudal excessivo foi devidamente disciplinado.

Sr. presidente da Câmara: – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais. Tencionava apresentar na fase da atividade municipal desta Assembleia, o assunto trazido aqui pelo senhor deputado Manuel Conde mas, com a permissão da Mesa, passaria a fazê-lo já.

Esta precipitação excecional aconteceu na zona do Pico Redondo e na serra da Ribeirinha e acabou por afetar a cidade. Gostaria de louvar perante esta Assembleia o excelente trabalho feito pelos bombeiros de Angra e Praia, pela Polícia de Segurança Pública e em particular pelos trabalhadores deste município e dos Serviços Municipalizados que procederam a um serviço excecional de limpeza já um bocado cansados porque tivemos uma chuvada anormal ao fim do dia na quarta-feira que provocou extravasamento em várias ribeiras.

Os Serviços Municipalizados trabalharam até às 6 horas da manhã de quinta-feira, viram-se obrigados a fazer o mesmo na sexta-feira e quando os últimos trabalhadores terminaram, já passava das 7 horas da manhã. Em nome da Câmara, gostaria de louvar o enorme esforço e eficiência com que os nossos trabalhadores se comportaram perante situações extremamente adversas como as que aconteceram na semana passada.

Infelizmente o que aconteceu foi a manifestação de um problema recorrente de extravasamentos nos sítios do costume com maior ou menor intensidade. Desta vez o problema foi maior devido à intensidade da chuva mas já tínhamos tido problemas na quarta-feira, um padrão que se repete nesta cidade praticamente desde a sua fundação.

À semelhança do que acontece em praticamente todas as cidades ribeirinhas, Angra encontra-se na fase terminal de uma bacia hidrográfica com alguma expressão. Um ramo prolonga-se pela rua do Marquês, rua da Miragaia até ao Caminho Fundo e à Ladeira Branca, um dos ramos da antiga grota que por ali passava, o outro segue para este lado pela Ladeira de S. Francisco, rua do Pisão e Desterro até à zona de S. Rafael e quando chove muito as águas destas zonas afluem para o centro da cidade.

Há relatos históricos do século XIX de mortos na rua Direita causados por uma inundação proveniente da Miragaia e desta vez o principal fluxo de água desceu a Ladeira de S. Francisco mas não foi tão grande como na Ribeirinha e em S. Bento cuja ribeira não teve capacidade para escoar o caudal e a água foi saindo até se concentrar no Largo.

Tivemos ainda outro problema complicado com a falta de capacidade do canal para onde está canalizada a antiga ribeira dos moinhos nos terrenos de S. Rafael porque, com a construção da circular, cortaram a levada e criaram um desvio que transporta a água para uma linha de água por detrás das casas do Lameirinho. A água dos terrenos de S. Rafael atravessou a rotunda, desceu o Lameirinho e veio parar à Praça Velha.

A obra que se realizou na Ribeirinha funcionou excepcionalmente, evitando uma desgraça; mas a Grota da Chouriça do lado de Santo Amaro, onde a obra ainda não foi feita, teve o comportamento habitual nestas circunstâncias; a água arrasou completamente a Canada do Capitão arrancando o pavimento e trouxe os materiais para cima das casas do Caminho Velho de Santo Amaro, causando-lhes alguns danos.

Temos ali um problema de ordenamento com uma obra não licenciada. Foi construído um armazém de venda de materiais de construção literalmente dentro da ribeira, bloqueando-a completamente, o que obrigou a água a dar a volta por detrás e sair para a estrada regional, indo parar à casa de algumas pessoas. Está lá uma manilha de 600 mm mas a água de uma grota não cabe num cano de 600 que não deu sequer vasão a 10% de todo o fluxo.

Procedeu-se às limpezas e alguns arranjos, está-se a repor os pavimentos, um trabalho relativamente rápido que demorará um par de meses, mas precisamos de encarar algumas obras de fundo entre as quais o reperfilamento da ribeira de S. Bento que está adjudicada pelo Governo, programada desde 2011 e aguarda o visto do Tribunal de Contas.

Se funcionar tão bem como a intervenção efetuada na Ribeirinha, S. Bento terá o seu problema resolvido, apesar de a intervenção acontecer apenas da olaria para cima, restando um troço razoavelmente grande a jusante que precisa de alguma atenção.

A responsabilidade pelas linhas de água nas zonas consideradas urbanas nos Planos de Ordenamento do Território é das autarquias, enquanto nas restantes zonas, essa responsabilidade cabe ao Governo Regional. Houve um acordo feito por esta Câmara para que fosse o Governo a intervencionar o troço superior da ribeira de S. Bento porque havia ali zonas mistas e entraremos numa fase de entendimentos no sentido de resolvermos também o troço final desde a olaria até ao mar.

Esta cheia veio revelar um depósito gigantesco de lixo que foi arrastado pelas águas e provavelmente vinha da antiga lixeira que funcionou na zona da atual pedreira acima da circular. Aquilo estava tudo coberto por terra e vegetação com um ar muito ecológico mas descobrimos que aquele troço final da ribeira entre o Largo de S. Bento e o mar, em particular na zona da praça de touros, tem centenas de milhares de toneladas de lixo. A situação é verdadeiramente calamitosa porque o lixo foi sendo trazido da parte alta da ribeira que noutros tempos serviu de lixeira.

O Governo tinha também adjudicado a obra da Grota da Chouriça, outra área que também necessita de intervenção urgente e está em fase de contratualização. O contrato referente ao reperfilamento do troço a montante das casas, a parte rústica, deve ter sido assinado a semana passada para ser enviado ao Tribunal de Contas. Fica a faltar mais uma vez a resolução do problema do atravessamento daquelas casas, o que implica a demolição da dita garagem.

Estamos em contacto com o Governo Regional para tentarmos encontrar uma solução entre ambas as partes que permita o prolongamento da obra até à estrada regional e não se fique apenas pelo tardoz das casas. Por razões de segurança ordenámos o corte da via com a abertura de uma vala a céu aberto para evitar mais problemas em caso de chuva.

Quanto ao problema relacionado com o fluxo de água à zona onde nos encontramos, temos que resolver imediatamente uma questão relacionada com um conjunto de emendas feitas sob um projeto de saneamento da cidade de 1994 que não foi executado exatamente conforme foi projetado e levou a que todo o esgoto pluvial e não só, de toda a zona urbana, esteja a fluir para a Praça Velha e depois para a rua Direita.

Estamos a receber aqui o esgoto proveniente de S. Bento incluindo o do atual aterro sanitário da ETAL que faz todo esse caminho, passa na Praça Velha e desce a rua Direita para voltar a ser bombado no Pátio da Alfândega e voltar para cima, o que faz com que as condutas projetadas apenas para esta área estejam a receber um afluxo muito superior. As tampas saltam com alguma frequência e a elevada pressurização nas condutas acaba por enviar a água para as casas em vez de a recolher.

Estão a decorrer os procedimentos para adquirirmos o projeto de execução da interseção de esgotos que se estima em cerca de 2 milhões de euros. Por razões de boa gestão em termos de energia e de segurança, temos que encaminhar os esgotos das zonas altas da cidade diretamente para a ETAR em vez de os fazer passear pelo centro porque o atual passeio de esgoto custa ao município cerca de 2 mil euros por mês em energia elétrica.

Não me compete responder às questões relativas ao hospital ou a helicópteros mas o hospital naquele dia ficou bloqueado devido à paragem do trânsito e não por causa da água. Com o trânsito parado, era necessário passar por cima da berma em caso de emergência mas fui lá com a carrinha da Proteção Civil sem dificuldades.

A água atravessava as rotundas de S. Rafael e da Canada Nova com uma altura excessiva e as viaturas apanhadas entre as rotundas viram-se obrigadas a parar com a agravante de tudo isto ter acontecido por volta das 17 horas, acabando por coincidir com a saída de um jorro de carros do hospital, o que provocou um entupimento ainda maior.

O bloqueio deveu-se à paragem do trânsito, o que poderá voltar a acontecer por causa de um sismo, acidente ou inundação. Temos que reconhecer que existe ali uma vulnerabilidade e teremos um problema no hospital sempre que o trânsito bloqueie na circular mas volto a repetir que as viaturas de emergência conseguem passar.

O acesso pelo lado norte precisa de ser revisto urgentemente mas trata-se de outro tipo de emergências e provavelmente teremos que proceder à proibição de paragem em determinadas zonas em caso de bloqueio de trânsito, obrigando as pessoas a parar antes ou depois do

caminho que vai para S. João de Deus porque bastaria esse pequeno troço para permitir o acesso ao hospital.

Sra. d. m. Elsa Costa: – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Ainda no âmbito do flagelo provocado pela chuva intensa, gostaria que o senhor presidente facultasse o número exato das famílias afetadas significativamente, o número de pessoas que já foram realojadas e quantas ainda faltam. Gostaria também que nos elucidasse sobre os impactos financeiros nas famílias que perderam os seus bens e nas estruturas empresariais e municipais.

Sr. presidente da Câmara: – Os danos empresariais e de boa parte das famílias estão a ser contabilizados pelo Governo Regional, que é parte deste processo, e não possuo esses dados concretos.

Segundo informações dos bombeiros, houve 132 inundações naquele dia e nem todas se traduziram na necessidade de abandono da casa. Tivemos provavelmente 50 famílias com problemas que foram resolvidos através das redes informais e a grande maioria das limpezas das casas foi feita autonomamente com a ajuda de familiares e amigos. Creio que tivemos que ajudar 8 famílias que ficaram desalojadas naquele dia e apenas temos à nossa conta a responsabilidades de alojamento de 2 famílias.

Sra. vereadora Catarina Matias: – Bom dia a todos. Congratulo-me com a Câmara Municipal pelo seu trabalho simpático e rápido no realojamento destas famílias mas gostaria de referir que nos foram entregues pelo Governo casos de realojamento sem qualquer articulação com a autarquia. Abandonaram os espaços com famílias e animais para que resolvêssemos as situações em que tivemos até que retirar rottweilers por cima de muros e colocá-los no canil municipal.

Temos acompanhado as famílias que realojámos que ainda se encontram à espera de alguma intervenção por parte do Governo Regional. Até hoje não foi recebido qualquer comunicado por parte da Segurança Social para resolver o problema, estamos sem respostas desde o dia 4 e temos que saber o que fazer com estas pessoas.

Inaugurámos a nossa casa de «Drop in». Conseguimos realojar uma família da Canada da Missa do Posto Santo composta por 2 adultos e 5 crianças e fizemos o realojamento de uns idosos da Terra Chã, cuja casa estava prestes a cair-lhes em cima devido à chuva.

Temos recebido também outras pessoas que se encontravam acomodadas em casas de amigos ou familiares mas vieram pedir-nos apoio porque, como diz o ditado, o hóspede começa a cheirar mal ao 3º dia.

Temos ainda o caso de 2 idosos das Figueiras Pretas com falta de mobilidade que moram por cima de uma ribeira, além de mais 3 pessoas que vivem em baixo, não receberam qualquer informação por parte do Governo e ninguém passou por lá para se inteirar da situação. Como estamos sem qualquer resposta por parte da Segurança Social, penso que as entidades se deveriam reunir e decidir o que fazer com estas famílias.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas. Penso que o meu colega Manuel Conde foi injusto com o senhor presidente da Câmara ao afirmar que a partir de agora ele deveria meter mãos à obra no que respeita às ribeiras.

Lembro que o senhor presidente foi secretário regional do ambiente e tem conhecimento pleno destas situações por várias vezes alertadas pelas juntas de freguesia. Felizmente desta vez não houve danos de maior monta mas já tivemos problemas bem mais sérios com a perda de vidas humanas e seria importante começar a resolver definitivamente estas situações.

Sr. d. m. João Santos: – Bom dia senhor presidente, Exma. Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Achei fantástica esta pequena peça de teatro protagonizada pela senhora deputada Elsa Costa e pela senhora vereadora Catarina Matias. Gostaria de perguntar ao senhor presidente da Câmara se se tratou de uma intervenção da vereadora Catarina ou de uma intervenção da Câmara pela boca da vereadora Catarina. Posso estar enganado mas não é essa a minha percepção em relação ao Governo Regional e, caso não corresponda à verdade, o que aqui foi dito é muito grave e as coisas devem ser colocadas nos seus lugares.

Concordo com o que foi dito pelo senhor deputado Manuel Conde, sempre ponderado nas suas intervenções procurando contribuir para que as coisas melhorem, e destaco o excelente trabalho feito como já aqui foi referido pelo senhor presidente da Câmara.

Durante muitos anos passei por situações semelhantes em Lisboa, Espanha e também na cidade de Londres e a resposta que vi em Angra do Heroísmo situou-se ao melhor nível do que vi em qualquer dos locais que vos referi. No dia seguinte era quase impossível perceber o que tinha acontecido em Angra no dia anterior, mais um pormenor ilustrativo do trabalho dos bombeiros de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória.

É bom lembrar que, às 3 horas da manhã daquela noite, os bombeiros estavam exaustos com os equipamentos esgotados e no dia seguinte às 9 horas da manhã estava um rali na rua. Os homens estavam prontos, o contingente assegurado e os troços transitáveis para que se pudesse realizar aquela manifestação desportiva tão importante para o concelho. Houve um esforço incomensurável por parte de muita gente para que o concelho retomasse a normalidade praticamente 6 horas depois da intempérie.

A discussão respeitante ao heliporto vem de há muito, há quem defenda que o concelho deve estar bem servido por uma infraestrutura e a sua duplicação não é uma mais-valia. Uma grande percentagem das evacuações aeromédicas são efetuadas pela aeronave C295 que, por ser um avião, não aterriza em nenhum heliporto e apenas o pode fazer na Base das Lajes. Uma boa parte das evacuações não seria assegurada mesmo que houvesse um heliporto no hospital.

Um heliporto não é apenas um pedaço de alcatrão e algumas lâmpadas; teríamos mais uma infraestrutura que requer uma manutenção muito cara e o heliporto existente junto ao edifício da Proteção Civil nunca esteve inacessível porque dispõe de vários acessos.

Houve quem defendesse a construção de um heliporto no hospital mas entendeu-se que as evacuações aeromédicas estão bem servidas e a própria Força Aérea teve um papel importante na tomada dessa decisão. Nem todas as evacuações são feitas no EH e um heliporto no hospital não viria resolver todos os problemas porque há doentes que vêm de ambulância da BA4.

Sr. presidente da Câmara: – Em resposta ao senhor deputado João Santos, a Câmara Municipal é um órgão plural representado por vários partidos e cada um dos senhores vereadores no exercício das funções tem o direito de manifestar as suas opiniões. Não me revejo nas críticas feitas ao Governo, há questões a resolver mas cada um fala em sua consciência e com toda a liberdade.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Bom dia senhor presidente e Exma. Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Este evento meteorológico extremo ocorrido em Angra do Heroísmo não pode passar ao largo desta Assembleia, por se tratar de uma situação grave do ponto de vista natural com consequências nefastas na vida da cidade e das populações.

É preciso analisarmos o que correu bem e menos bem e começo pelo que correu bem, que foi quase tudo. Além do papel da Proteção Civil e da Câmara Municipal, que agiram de forma eficiente como seria de esperar, é de louvar o esforço extraordinário e voluntário dos funcionários da Câmara e dos bombeiros voluntários.

Os funcionários da Câmara assumiram competências da responsabilidade das forças de segurança, ultrapassando claramente as suas; foram respeitados e ajudaram a resolver e a evitar

um conjunto de problemas que poderiam ter sido bastante mais graves. Durante cerca de 2 horas tivemos valores de precipitação superiores aos 18 litros por m²/hora que produzem estragos monumentais em qualquer lugar e não há solução técnica que lhes valha.

Não é a primeira vez que temos eventos meteorológicos desta natureza em Angra do Heroísmo. No mandato da doutora Sofia Couto ocorreu um evento com menor intensidade e também saltaram tampas do saneamento básico.

Senhor presidente da Câmara, tínhamos já falado da necessidade do aumento das calhas das águas pluviais e o senhor referiu que isso ia sendo feito à medida que as obras fossem avançando. Apesar do sobredimensionamento das novas calhas, as tampas continuaram a saltar. Há que ter isto em conta porque os períodos de retorno de eventos desta natureza têm sido cada vez mais curtos com menos de 50 anos.

Há que prestar especial atenção à ribeira de S. Bento e à canalização da água proveniente da via rápida devido à enorme área de impermeabilização, o que faz aumentar drasticamente o caudal da ribeira. Devemos aprender com o que aconteceu e implementar algumas soluções de modo a minimizar outros eventos meteorológicos extremos que venham a ocorrer.

Na Prainha foram recolhidas 22 garrafas de gás. Há que ter cuidados especiais com este tipo de armazenamento de combustível e estes eventos requerem ações muito concretas por parte da população.

Há medida que formos realizando obras em Angra há que aumentar a dimensão dos bueiros, o que só será possível se for também aumentada a capacidade de escoamento das calhas pluviais.

É extremamente importante a contabilização dos prejuízos para uma melhor adequação do investimento. Devemos analisar devidamente a situação para introduzirmos soluções técnicas para a resolução deste problema.

Sr. d. m. Luís Salvador: – Muito bom dia senhor presidente, minhas senhoras e meus senhores. Informo o senhor deputado Francisco Câmara que estou na junta de freguesia de S. Bento há 6 anos e já vou no segundo mandato. Quando me candidatei, o senhor presidente da Câmara desempenhava funções de secretário regional e já se falava na necessidade de obras na ribeira de S. Bento. Salvo erro, estavam a decorrer nessa altura as obras na ribeira da Ribeirinha quando começou a ser elaborado o projeto relativo a S. Bento, que felizmente está pronto, e cujas obras se vão agora iniciar.

Aconteceu na Aqualva, no Porto Judeu e agora em S. Bento. Sempre fui avisando e tenho pena que as obras não tenham sido realizadas antes. A água transbordou nos locais sinalizados no projeto e penso que a obra apresentará bons resultados.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – Senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara, colegas deputados, muito bom dia a todos.

Uma vez que se trata de um assunto já abordado nesta Assembleia e terminou a fase de verão, gostaria de pedir um ponto da situação relativamente à circulação dos barcos com S. Jorge porque existe um condicionalismo e mantém-se a dificuldade no acesso das viaturas.

Foram criados e apresentados alguns *outdoors* relativos ao gabinete do empreendedor e gostaríamos de solicitar algumas informações respeitantes a este serviço.

Sr. presidente da Câmara: – Houve a apresentação de algumas soluções por parte da «Portos dos Açores», umas mereceram a nossa concordância, outras não, mas está a ser mantido o diálogo com vista a uma solução. Pretende-se criar uma estrutura portuária que permita a operação de navios até 125 metros e onde exista um grau razoável de operação, ou seja, que não esteja fechado sempre que o mar esteja do sul, o que não é fácil num porto como o de Angra sem a construção de um novo molhe de proteção.

É fácil fazer uma estrutura que permita a operação de pequenos navios na face interna do porto virada para terra, que se encontra naturalmente protegida, mas existem grandes restrições técnicas para os navios de porte médio que não podem operar ali como tem vindo a indicar a simulação da ondulação.

Está a ser feito um trabalho extremamente exigente e complexo e esperamos chegar a uma solução que permita a operação de navios de um porte razoável com um grau de operação também razoável porque não se pretende um porto encerrado a maior parte do tempo quando o mar estiver de sul.

O Gabinete do Empreendedor foi criado em conjunto com a Câmara do Comércio, está a funcionar e tem tido algum uso. Adquirimos o edifício da antiga casa do capitão donatário por detrás da sede do PS e estamos a ultimar algumas obras de adaptação, que estimamos concluídas até ao fim do ano, para que tenhamos uma instalação condigna pelo menos até que o parque tecnológico esteja a funcionar.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Bom dia a todos. Visto que o senhor presidente da Câmara referiu ter conhecimento de algumas soluções técnicas para o Porto das Pipas, talvez a Mesa da Assembleia pudesse solicitar à Câmara essa documentação para que fiquemos também informados.

Sr. presidente da Mesa: – Solicitarei uma reunião com o senhor presidente da Câmara sobre essa matéria.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 13 de junho a 7 de setembro de 2015, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para apreciação.

Sr. presidente da Câmara: – Os dois eventos meteorológicos dos dias 2 e 4 exigiram da Câmara um pouco mais de trabalho e empenhamento.

A maior parte das garrafas de gás há pouco referidas provieram das casas de S. Bento com as cozinhas viradas para as traseiras que tinham as garrafas no exterior. A ribeira passou tão alta que arrastou as garrafas e foram parar lá abaixo. Reparei que algumas eram velhas, modelos de há 30 ou 40 anos que já não estão em uso, o que me leva a crer que já estivessem no leito da ribeira.

Olhando para a quantidade de lixo acumulado na zona da praça de touros, é provável que houvesse ali garrafas de gás provenientes daquela zona ou algumas tivessem sido atiradas da bomba de gasolina para a ribeira.

O projeto de S. Bento foi iniciado na altura que referiu o senhor presidente da junta. Quando fui secretário do ambiente, resolveu-se fazer projetos para aquelas ribeiras que apresentavam maior risco. Cessei funções quando o projeto estava em elaboração que foi aprovado pelos meus sucessores, o puseram a concurso e o adjudicaram, foi visto pelo Tribunal de Contas e estava-se a preparar para iniciar as obras.

As ribeiras mais perigosas do arquipélago receberam projetos e intervenções. Foram feitas 3 ou 4 na Terceira e há outras previstas que foram planeadas e encomendadas por mim nessa altura como é o caso da Grota da Chouriça e da ribeira de S. Bento.

O hospital não está construído em cima de qualquer falha. Existe uma falha do outro lado que corresponde àquela parede rochosa, aquela é uma zona relativamente plana, boa para construção e não havia ali qualquer linha de água.

Havia um viaduto que passava por debaixo da via rápida, correspondia à passagem do antigo acesso ao norte da ilha e era um dos caminhos mais históricos desta terra; saía da zona da Miragaia, passava pelo Posto Santo e seguia para os Altares. Esse eixo era o Farroco, Canada do Briado que foi fechado por não ter uso porque a canada respetiva, que agora termina na vedação norte do hospital, também foi interrompida. Não existe ali nenhum problema hidrológico nem qualquer situação complicada e o hospital está muito bem localizado.

Neste período entre reuniões da Assembleia foram prosseguindo as várias obras em curso. Um dos pacotes de estrada está concluído e quanto ao outro pacote, falta apenas asfaltar um troço do Caminho do Rei na Feteira onde aconteceu um conjunto de anomalias que infelizmente custaram a vida a uma pessoa como já foi aqui referido antes. Houve a necessidade de construir paredões que não estavam previstos, razão pela qual a obra ainda não está concluída.

Falta ainda concluir uma ponte na fronteira do concelho, na ligação entre os Altares e os Biscoitos por cima da ribeira do Pamplona para acesso a um lugar chamado Rossio, cujo acesso se fazia através de um vale e havia problemas cada vez que chovia. São as duas últimas pontas que faltam que serão finalizadas dentro dos respetivos prazos.

As obras dos Serviços Municipalizados foram também terminadas dentro dos prazos, concluíram-se as intervenções em S. Bartolomeu e em S. Mateus e foram cumpridos todos os objetivos.

A obra da Canada de Belém é a que apresenta maiores dificuldades e está a decorrer com alguma lentidão; apesar de não se ter excedido o prazo, a situação não é brilhante mas vamos ver se conseguimos recuperar.

No que respeita à escola de Santa Bárbara, optámos por não forçar o empreiteiro a terminar a obra por razões relacionadas com a aplicação de fundos comunitários. A obra será financiada por este quadro comunitário e só poderá terminar quando a candidatura estiver aprovada e o seu financiamento garantido.

Em diálogo com a Direção Regional da Educação, concluiu-se que não seria fundamental terminar a obra agora e optou-se pela sua conclusão nas férias do Natal. As regras comunitárias determinam que não é possível candidatar obras concluídas porque isso resultaria na perda do direito ao respetivo financiamento.

Foram também concluídas as obras no edifício dos Paços do Concelho e gostaria de esclarecer que o restauro não foi feito por nenhuma fundação vinda de Lisboa; tudo foi feito por artesãos locais e o tecido foi colocado por alguém do Porto Judeu. Quem foi para a fundação Ricardo Espírito Santo, foi o quadro da D. Maria que continua ausente porque a doença era tão grave que ainda não está curada. Esta obra foi feita recorrendo quase exclusivamente a empresas e pessoas da terra e não por qualquer instituição de fora.

No que respeita às questões do domínio financeiro, a Câmara mantém o seu curso normal sem qualquer dificuldade excecional.

A incineradora encontra-se em fase de início de testes e a obra está virtualmente concluída. A primeira ligação da instalação para testes de equipamento elétrico como recetor de energia deverá ser feita entre hoje e amanhã. Espera-se que o forno seja aceso pela primeira vez e se faça a primeira queima até meados de outubro e tencionamos ter a incineradora a funcionar a velocidade de cruzeiro dentro de cerca de 6 meses. A incineradora funcionará em testes durante 6 meses sob a responsabilidade do construtor em que se fará a formação do nosso pessoal e a experimentação dos equipamentos.

Há um relatório sobre uma inspeção feita aos Serviços Municipalizados que ainda se encontra na sua fase preliminar em que teremos que exercer o nosso direito de contraditório. Como o relatório foi enviado *urbi et orbi* extemporaneamente, incluindo à Assembleia Municipal, sinto-me na obrigação de falar sobre ele.

O senhor inspetor tem um conjunto de opiniões que não serão as mais corretas do ponto de vista consensual. Por um lado diz que os serviços estão muito bem e ficamos muito felizes, mas há um problema na aprovação de 2014.

No final de 2013 quando esta Câmara tomou posse, havia em cima da mesa uma proposta de aumento das tarifas dos Serviços Municipalizados que achámos por bem não levar avante. Decidimos não aumentar as tarifas para 2014 para termos tempo de coordenar com a Praia o que fazer e os aumentos eram excessivos face à situação económica dos agregados familiares. Isso levou a que apenas se fizessem alguns ajustes na tarifa em meados do ano 2014 e só produziram efeitos a 1 de janeiro de 2015.

O orçamento dos Serviços Municipalizados tinha sido preparado com a fundamentação técnica do dito aumento; como não reparámos nisso, não procedemos ao aumento das tarifas mas também não alterámos a proposta de orçamento.

Do ponto de vista previsional e segundo as contas feitas pelo senhor inspetor, com as quais não concordo, os Serviços teriam tido uma receita a mais de 300 mil euros se tivesse havido o referido aumento; como isso não aconteceu, houve sobre empolamento da receita previsional dos Serviços, o que daria responsabilidade financeira à maioria que votou a favor porque a oposição absteve-se na Câmara, e também aos senhores membros da Assembleia Municipal que votaram a favor porque o aprovaram. É uma situação absolutamente disparatada porque a fundamentação técnica dos documentos não é da responsabilidade da Assembleia mas sim da Câmara que o propõe.

Esta matéria fica no âmbito da responsabilidade da Câmara e minha. Os senhores membros da Assembleia Municipal não precisam de se pronunciar sobre a matéria porque assumirei totalmente essas responsabilidades e os senhores nada têm a ver com isso. Tudo se esclarecerá entre mim, na minha dupla qualidade de presidente da Câmara e presidente do conselho de administração dos Serviços Municipalizados, e a inspeção administrativa regional. No fim do ano acabámos por obter mais receita do que aquela porque ninguém consegue prever quanto se gastará de água no ano seguinte e nada disso bateu certo.

O relatório levanta ainda outras questões relacionadas com o não pagamento de água por diversas pessoas no valor de 800 mil euros desde 2006. Os senhores ficarão a conhecer a conta de água de metade do concelho que vem anexa ao relatório mas espero que tenham a delicadeza de não revelar a conta de água de cada um.

O relatório acaba por concluir, e bem, que uma boa parte do dinheiro que não foi pago tem a ver com a relação com a Praia da Vitória. Trata-se de uma conta que não existe porque nós devemos, eles também nos devem, nunca se acertou e tem a ver com a propriedade e a amortização dos investimentos feitos no aterro.

A Câmara tem 30 dias para responder, fá-lo-á a devido tempo e espero que cheguemos a um bom entendimento sobre esta matéria mas os nossos Serviços Municipalizados estão bem e recomendam-se do ponto de vista financeiro e de gestão e a questão do incidente do orçamento de 2014 será devidamente resolvida.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Bom dia senhor presidente e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Não há público presente e mais uma vez não contamos com a presença da comunicação social, o que é de lamentar, mas já nos vamos habituando.

Foi enviado ontem um requerimento relativo às alterações de trânsito com um ligeiro lapso em que é referido que o último estudo de trânsito foi realizado em 1998 mas data de 1996. Este requerimento visa falar da falta de um estudo de trânsito em Angra porque o estudo de 1996 está desatualizado, visto que muita coisa mudou nos últimos 20 anos em termos de intensidade de trânsito e os problemas são visíveis por quem circula diariamente na cidade.

Em setembro do ano passado foi anunciado pelo senhor vereador Guido Teles o ajuste direto a um gabinete local para a elaboração de um estudo de trânsito que apresentaria soluções fundamentadas para a resolução dos problemas. Nesse anúncio o senhor vereador confirmou a intenção de encerrar a Praça Velha e informou que seriam implementadas todas as alterações desse estudo num prazo de 6 meses a um ano.

Passado um ano, pergunto se esse estudo foi entregue e que soluções apresentou, ou se vamos continuar a brincar em Angra como os meus filhos brincam com os legos, colocando uma peça aqui para fechar uma rua e mudando-a para acolá amanhã para abrir outra.

Pergunto à Câmara Municipal que diligências tem tomado junto do Governo Regional para resolver a questão dos semáforos da Canada Nova que se encontram avariados desde novembro do ano passado e se tem vindo a acompanhar o processo de expropriações referentes ao troço entre a escola Tomás de Borba e a Canada Nova em S. Carlos, lembrando que o senhor presidente da Câmara referiu na última reunião da Assembleia que o Governo tinha encontrado uma solução e que se estaria em fase de negociações com vista às expropriações para a construção da via alternativa.

No que respeita às contas, nas receitas de transferências de capital há uma transferência de menos 28% do que estava dotado, cerca de 1 100 000,00 €, que na leitura do orçamento da receita se verifica tratar-se de verbas do PROCONVERGÊNCIA. Pergunto ao senhor presidente para quando se prevê a resolução desta situação e porque é que a Câmara Municipal ainda não foi reembolsada deste valor.

Nas despesas de capital, a execução situa-se 19,61% abaixo do que estava dotado. Na última sessão da Assembleia foi dada a justificação de que isso se devia ao atraso no «Açores 2020» e na apresentação de candidaturas, por isso pergunto se alguma foi apresentada ao abrigo deste programa.

Faço uma chamada de atenção para a falta de legendas no gráfico da página 68, questiono ainda as razões da baixa execução de apenas 30% das despesas de capital nos Serviços Municipalizados e peço ao senhor presidente da Câmara que especifique estes quase meio milhão de euros de outros serviços especializados, referidos na página 8.

Sr. presidente da Câmara: – Creio que o termo «brincar» é um pouco excessivo porque venho de uma área de engenharia em que não se costuma acreditar em opiniões. As opções tomadas até agora foram corretas e estão devidamente estabilizadas e resolvidas.

O estudo de trânsito de 1996 foi extremamente bem feito e revisto por essa empresa da especialidade. O trabalho ainda não foi entregue por duas razões: primeiro porque não havia um levantamento topográfico da cidade atualizado, que está a ser feito, e porque precisa de ser resolvido um trabalho relacionado com pavimentos, perfis de rua e com a criação de galerias técnicas para se evitar a constante abertura de valas nas ruas, o que se revelou um pouco mais complexo do que inicialmente se previa mas está quase pronto e contamos apresentá-lo numa sessão pública a breve trecho.

O estudo de trânsito de 1996 foi tão bom que os seus pressupostos se mantêm quase inalterados e atuais passados quase 20 anos porque se mantêm também o mesmo padrão de circulação na cidade. Toda a cidade com um ligeiro engarrafamento e um abrandamento do trânsito entre as 08H45 e as 09H10 deve considerar-se feliz e Angra é uma cidade muito feliz.

Em resposta à questão dos semáforos, o respetivo dono está a desenvolver esforços no sentido de resolver o assunto.

A matéria respeitante ao troço entre a escola Tomás de Borba e S. Carlos teve um avanço muito substancial. Tive o prazer de estar presente com o senhor secretário regional no lançamento do concurso para a execução da obra há cerca de um mês e espera-se o seu arranque a breve trecho.

As questões colocadas a respeito das contas têm a ver com fundos comunitários. Apresentámos algumas candidaturas e não tivemos nenhuma aprovada neste quadro, por isso não há reembolsos. O dinheiro adiantado tem a ver com o que está investido na escola de Santa Bárbara que apenas será reembolsado depois da candidatura aprovada.

O procedimento de candidatura e aprovação é substancialmente diferente do que existia no programa anterior. Nós, como entidade executora, e o DREPA como entidade que aprova, estamos todos em fase de aprendizagem; são estas as razões da baixa execução destes fundos. Como não temos nenhuma candidatura aprovada, não teremos boa execução. Passa-se o mesmo em relação aos Serviços Municipalizados, nomeadamente com a obra da Canada de Belém que referi há pouco.

Quanto aos serviços especializados que referiu, nessa rúbrica cabem os vários projetos em curso, um deles tem a ver com a reestruturação da rede de esgotos na cidade de que falei há pouco. Entram também nessa rúbrica, a manutenção e aquisições na área da informática.

Sr. d. m. Péricles Ortins: – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara, colegas deputados. Começo por agradecer ao senhor presidente da Câmara a informação respeitante à inspeção dos Serviços Municipalizados e a referência às votações e aprovações por parte da Câmara e da Assembleia Municipal. É bom lembrar aos colegas que, em termos jurídicos, temos responsabilidades pelas nossas votações e aprovações de documentos.

Agradeço também a informação prestada sobre as aquisições e serviços solicitados por parte da Câmara às empresas locais sempre que possível, o que se revela de enorme importância para a economia da ilha Terceira.

Referindo-me agora ao temporal do passado dia 4 de setembro e em nome desta bancada, gostaria de me congratular com a postura e o esforço dos operacionais e responsáveis dos diversos serviços que estiveram na rua durante várias horas e trabalharam toda a noite. Foram os particulares com o apoio de familiares e amigos, os bombeiros, a Proteção Civil local e regional, a Polícia de Segurança Pública, o pessoal da Câmara Municipal e das Obras Públicas e outros departamentos do Governo Regional como, por exemplo, a Segurança Social.

Lamentamos todos os danos e prejuízos causados às famílias, empresas e lojas comerciais, assim como os problemas nas vias de comunicação e passeios e louvamos a forma como a resposta foi dada pelos privados e entidades oficiais envolvidas com bons resultados na limpeza e reposição da normalidade como se pôde ver no dia seguinte ao incidente.

Sr. presidente da Câmara: – Creio que não ficaria mal que esta Assembleia se congratulasse com os nossos trabalhadores pelo trabalho notável que fizeram. Da mesma maneira que, por vezes, criticamos os trabalhadores da Câmara e dos Serviços Municipalizados pelo que não fazem, é mais do que merecido que agora os felicitemos pelo que fizeram, porque ninguém se negou a trabalhar toda a noite e enquanto foi preciso.

Aclamação na sala.

Sr. presidente da Mesa: – Até ao final dos trabalhos, a Mesa fará chegar aos grupos parlamentares um pequeno texto que traduza o que o senhor presidente da Câmara acabou de recomendar e que foi demonstrado de forma clara pelos presentes com a manifestação a que acabámos de assistir.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Na página 21 da atividade municipal é feita referência a uma trituração experimental de ramagens. Gostaria de saber se está em curso algum projeto ou ideia relativa ao aproveitamento destas ramagens como, por exemplo, a produção de composto e apoio à indústria agroalimentar.

Quanto ao formato do relatório da atividade municipal, verifica-se que não é respeitado o mesmo nível de detalhe. Penso que se deveria optar por uma melhor harmonização do tipo de informação e peço ao senhor presidente que nos explique melhor a informação constante da página 49 respeitante à montagem e desmontagem da «bancada da Nené».

Há um ajuste direto para aquisição de serviços de conceção respeitantes às Sanjoaninas 2016 e gostaria de perguntar para quando a apresentação das contas das Sanjoaninas 2015. É feita referência à formação em curso e, como votámos o ano passado uma recomendação à Câmara para que fosse dada, pelo menos, uma formação por ano a cada colaborador, gostaria de conhecer os números chave da formação de 2015 ao abrigo do que foi aprovado nesta Assembleia.

Gostaríamos de obter também por parte da Câmara esclarecimentos relativos ao valor total da elaboração do projeto do futuro Centro Interpretativo da cidade de Angra, incluindo especialidades na sua versão original e eventuais alterações, e qual o valor estimado caso se avance com a obra.

Falando agora do aceso ao hospital, houve realmente alguns problemas na rotunda do Lameirinho devido à excessiva quantidade de água mas circulava-se em direção à rotunda da Sotermáquinas. As razões da dificuldade de circulação em sentido contrário deveram-se aparentemente a um acidente ocorrido naquela faixa de rodagem falsa junto ao nó de aceso ao hospital que gerou polémica na altura da sua construção. Se bem me lembro, houve notícias de que aquela situação seria estudada e talvez o nosso colega Miguel Borba ou o senhor presidente da Câmara nos saibam adiantar algo em relação a isso.

No que toca aos realojados, foi-me prestada a informação de que muitas pessoas continuam, pelo menos até ao dia de ontem, a aguardar um contacto ou apoio por parte da Segurança Social. Sugiro à Câmara que pressione o Governo Regional e a Segurança Social para que algo se faça por estas pessoas.

Aceito que um estudo de trânsito seja posto em prática apenas após as intervenções necessárias nas ruas A, B ou C mas precisamos de saber se ele realmente existe no verdadeiro sentido da palavra porque, a 30 de setembro, o senhor vereador Guido Teles, numa entrevista concedida à RTP Açores, dizia que o mesmo teria sido entregue a um gabinete local e estaria pronto com as alterações implementadas num prazo de 6 meses a 1 ano.

Em resposta à intervenção do senhor deputado Luís Salvador a respeito da aprovação do projeto da ribeira de S. Bento há 6 anos pelo então secretário regional do ambiente e atual presidente da Câmara, lembro que esta Câmara é governada pelo PS desde 1997 e nada fez a esse respeito.

Fico satisfeito que o projeto tenha sido lançado e a situação fique resolvida porque sou daquela zona e conheço muito bem os seus problemas. Além das garrafas de gás, antigamente iam parar à ribeira porcos, bezerros, frigoríficos e muitas coisas mais.

Para concluir, gostaria de perguntar aos meus colegas do Partido Socialista pela campanha das flores do campo que embelezam a cidade que tão efusivamente foi defendida por essa bancada, enquanto nós defendíamos soluções a favor das empresas em vez de disfarçar o resultado das suas falências.

Essa proposta foi aprovada a 18 de junho. Entretanto acabou a primavera, começou o verão com as suas flores, veio o outono com as flores de outono, depois o inverno e a primavera, estamos quase no fim do verão e ainda não vimos a tal campanha. Pergunto se as flores

murcharam e se o regulamento que alguém referiu está por elaborar na secretária do senhor presidente da Câmara.

Sr. presidente da Câmara: – Correu muito bem a experiência com a trituração de ramagens que também foi feita utilizando lamas dos laticínios misturadas num processo de compostagem. A entrada de ramagens no aterro custa 25 euros a tonelada, não convém ao município despende essa quantia, por isso foram feitos vários ensaios que indicam a compostagem como o melhor caminho para nos vermos livres das ramagens, relvas, restos de madeiras e lamas.

Quanto ao relatório da atividade municipal, ele é feito pelos diversos serviços, por pessoas diferentes com diferentes estilos e aprovado pelos membros do executivo com a respetiva competência e peço desculpa por não ter feito a sua uniformização. O relatório referente às Sanjoaninas está a ser elaborado e tê-lo-emos brevemente ao dispor desta Assembleia.

O Centro Interpretativo não sofreu qualquer alteração desde que este executivo está em funções. As únicas situações que surgiram tiveram a ver com a conduta da EDA que não havia sido considerada no projeto mas está a ser resolvida pelo projetista. O custo estimado mantém-se nos 2,5 milhões de euros e o projeto custará cerca de 400 mil euros como estava previsto.

Não sei se a obra avançará ou não. Apesar de a considerar interessante, mantenho a mesma posição, não a considero uma prioridade e não consta dos nossos compromissos eleitorais. É uma questão de oportunidade e depende da disponibilidade dos fundos mas conheço um conjunto de obras prioritárias que também necessitam.

Foi preciso elaborar um plano de revitalização urbana necessário para o mapeamento exigido pela União Europeia para estes fundos. O projeto ainda não está concluído porque só descobrimos que era exigido um determinado formato quando foram aprovados os respetivos regulamentos, o que aconteceu há muito pouco tempo. Como a obra entra nesse mapeamento, a sua aprovação ficará contingente à aprovação desse mapeamento.

Durante aquela emergência passei por 2 ou 3 vezes pelo acesso ao hospital e não dei por nenhum acidente. A água que provinha dos terrenos de S. Rafael e atravessava a rotunda era suficiente para impedir a passagem de um carro normal. Conseguimos passar com a *pick up* da Câmara mas era impossível passar com uma viatura pequena.

É preciso fazer-se ali um trabalho de estudo porque cheguei à conclusão que se repetirá o mesmo problema sempre que a estrada se encha de carros que são o principal fator de bloqueio do acesso ao hospital.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – Bom dia senhor presidente da Assembleia, Exma. Câmara, senhores deputados.

Em resposta ao senhor deputado Francisco Câmara acontece que desmontámos uma estrutura de apoio com que tínhamos apoiado uma angariação de donativos que a Nené costuma fazer para enviar para Cabo Verde, não só para a sua ilha, mas também para a ilha do Fogo onde se deu a erupção do vulcão.

Foi feita a avaliação por parte do júri no que respeita à campanha «Flores do campo embelezam a cidade». Devido ao verão, não foi possível contar com a presença de todos os participantes para a entrega dos prémios mas fá-lo-emos em breve e vamos imprimir as fotografias e decorar as várias montras do centro da cidade em parceria com a Câmara do Comércio.

Sr. vereador Guido Teles: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados.

A situação não está esquecida no que toca ao plano de formação para 2015. Temos tido algumas dificuldades em finalizar o plano para este ano mas estamos a trabalhar afincadamente para apresentarmos o plano em devida execução em 2016.

Continuamos com a formação sugerida pelas respetivas chefias, também solicitada pelos funcionários nas diversas áreas para o exercício das suas funções, e temos dado prioridade a todas as formações ministradas na ilha Terceira.

Embora esteja adiantada com o levantamento de todas as necessidades por parte das diversas unidades orgânicas, a preparação ainda não está concluída porque foram identificadas muitas áreas de necessidade por unidade orgânica e não temos capacidade de dar resposta a todas num só ano.

Sr. d. m. Mário Silva: – Senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas, bom dia a todos.

Ouvi o senhor presidente com alguma atenção mas não o ouvi falar sobre a obra do Fanal que se arrasta há muito tempo.

Sr. presidente da Câmara: – A obra do Fanal consta dos compromissos eleitorais do PS e já tem o respetivo projeto feito da parte do Governo Regional, a parte mais complexa tem a ver com o prisma de proteção costeira. A Câmara já adquiriu as garagens e os edifícios abandonados, apenas falta fazer a escritura e estamos em conversações com o Exército para permitir a passagem do caminho pela base da esplanada do castelo.

Pretende-se criar um percurso pedonal com início no castelinho, vai pelo litoral, atravessa o Relvão junto ao tanque do azeite, vai pelo caminho de acesso à porta do castelo, segue em frente pela base daquele terreno da esplanada do castelo e desce até ao Fanal. Será possível deixar os carros no Fanal, ir a pé até ao castelinho e voltar com um percurso mais longo para aqueles que precisam de fazer alguma atividade física.

O Exército deu o seu parecer positivo mas há algumas dificuldades a ultrapassar relacionadas com a autorização por parte do Ministério da Defesa. A senhora Secretária de Estado já se pronunciou positivamente de forma verbal e estamos à espera da autorização formal.

Do mesmo projeto consta uma troca de um espaço anexo ao Relvão que é usado pelo Exército para a atividade física, que passará para a tutela da Câmara que procederá ao seu arranjo e abertura de uma via que ligará o tanque do azeite à rua José Silvestre Ribeiro e a um parque de estacionamento com cerca de 200 lugares onde atualmente existe o equipamento de educação física. Em troca, construiremos dentro do quartel um equipamento projetado pela direção de infraestruturas do Exército. Estas coisas são muito morosas porque exigem autorizações de várias entidades.

Sr. d. m. Mário Silva: – Dá-me a impressão que a obra será executada por cima. O que acontecerá com o fundo, com aquela lixeira a céu aberto e com a parte da Praia que era para ser recuperada?

Sr. presidente da Câmara: – Os senhores hão de executar os projetos que tinham quando ganharam as eleições. A Câmara fará o que se comprometeu e não ficará qualquer lixeira naquele lugar. Em baixo ficará um prisma de enrocamento para evitar que o mar continue a erodir aquela costa e um acesso pedonal até às Areias Brancas.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas. Sinto-me na obrigação de dizer algo sobre a campanha «Flores do campo que embelezam a cidade» porque a defendi de forma entusiástica. Continuo a considerar uma boa ideia para enriquecer o centro da cidade que foi usada também pela Câmara de Ponta Delgada, já foi posta em prática e foi um sucesso. Vamos também concretizá-la em breve e estou convicta de que será um sucesso para a nossa cidade.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – Parece-me esta a terceira vez que esta proposta soa a ironia mas continua a fazer todo o sentido. Temos aqui presentes os senhores presidentes de juntas de freguesia e pessoas ligadas ao ambiente que podem confirmar que antigamente as freguesias

tinham os seus jardins trabalhados e embelezados pelas mulheres que cultivavam de forma tradicional as flores típicas da nossa ilha: as Cécias, as Cavacas, etc.

Hoje temos a cidade embelezada com muitas flores mas são todas iguais provenientes dos viveiros e os nossos jardins de flores tradicionais têm vindo a ser substituídos por relvas, catos e outras plantas exóticas. Esta atividade procura também um exercício de aproximação entre as freguesias e o centro da cidade para que as pessoas se sintam entusiasmadas e tentadas a visitar algumas freguesias retratadas nas montras.

Como objetivo principal, procura-se minimizar o impacto visual de comércios encerrados no centro histórico e montras devolutas que continuam a degradar a imagem da cidade. Felizmente a situação fica bastante disfarçada porque estas lojas são todas utilizadas durante o São João para tascas, feiras e exposições.

Se o senhor deputado Francisco Câmara se lembrar, nós interpelámos esta Câmara relativamente ao gabinete do empreendedor porque todos pretendemos uma cidade mais ativa com dinâmica económica, empresas e lojas abertas com clientes.

Se o jardim da minha vizinha esteve retratado no centro da cidade, porque não estará também o meu? Procura-se assim um efeito de cascata e de imitação quando se trata de embelezar porque as pessoas procuram algum reconhecimento às suas casas, hortas e jardins. Não vejo qualquer motivo para se ridicularizar esta ideia que procura uma maior aproximação entre o campo e a cidade.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Para que conste em ata, eu não disse que o estudo de trânsito de 1996 era mau; apenas referi que estava desatualizado.

O senhor presidente da Câmara referiu que o dono dos semáforos da Canada Nova estaria a analisar o problema mas uma demora de 10 meses ultrapassa os limites do razoável e parece-me tempo demais quando se trata da segurança de quem ali transita.

O senhor presidente da Câmara referiu que o milhão e meio de euros do PROCONVERGÊNCIA que está por receber se desviam à aprovação da candidatura do «Açores 2020». Como são programas diferentes, gostaria de perceber se este valor deveria mudar de rubrica.

Sr. presidente da Câmara: – Deveria mas as pessoas estão rotinadas a escrever isso e continuam a fazê-lo em relação ao novo quadro.

Sra. d. m. Michele Aguiar: – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas.

Gostaria de saber se a Câmara tem alguma solução pensada para a rua duque de Bragança onde é proibido o estacionamento, exceto cargas e descargas porque vemos viaturas ali estacionadas em ambos os lados da via durante todo o dia, maioritariamente pertencentes aos comerciantes da praça.

Podemos ver também algumas viaturas paradas no meio da rua e outras a recuarem para a rua da Sé, acabando por obstruir as passadeiras e pondo em causa a segurança das pessoas. Lembro que o espaço destinado ao estacionamento desses comerciantes é o parque da rua da Queimada

Sr. presidente da Câmara: – A situação da rua Duque de Bragança é recorrente onde já efetuámos várias intervenções com menos sucesso. Os comerciantes da praça usam essa zona simultaneamente para cargas e descargas e para estacionamento. Em vez de descarregarem e saírem, acabam por ficar por ali a maior parte das vezes. Como não cabem ali todos, os que chegam mais tarde acabam por ficar parados no meio da via num autêntico amontoado de veículos. Já chegaram aqui queixas entre comerciantes por causa de bloqueios de viaturas ali causados.

Esta é uma situação difícil de resolver porque o mercado precisa de mais espaço para o seu correto funcionamento, o que ficará resolvido com o novo mercado em que aquela rua servirá de acesso ao novo parque de estacionamento. Até lá vamos tentar manter a disciplina como se tem vindo a fazer, embora com pouco sucesso.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Como se sabe, no seu manifesto eleitoral, a coligação PSD/CDS-PP mostrou-se contra o projeto pensado pelo senhor presidente da Câmara para a realização de um hipermercado municipal no cerrado do Bailão. Como já vimos serem feitos alguns estudos geológicos no local, pergunto se a Câmara sempre avançará com esse projeto megalómano que esvaziaria ainda mais o centro da cidade.

Na sequência da petição que o senhor presidente da Mesa anunciou ter recebido relativamente ao IMI, aproveito para comunicar aos colegas e à Câmara que o vereador do CDS-PP apresentará a breve trecho numa reunião de Câmara, uma proposta para a implementação do IMI familiar no concelho.

Sr. presidente da Câmara: – Ouvei o vosso grande líder dar-vos essa indicação mas começámos um pouco mais cedo e a proposta já está feita, por isso não vale a pena esforçarem-se tanto.

O projeto de execução está quase pronto, dependendo apenas do tal mapeamento necessário para as intervenções urbanas de acordo com as novas regras de aprovação dos fundos comunitários e avançaremos logo que esteja aprovado porque queremos um híper, mega mercado para a cidade de Angra.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Acho que 15 meses para se implementar a campanha das florzinhas do campo é muito tempo. Se a campanha foi aprovada, deveria já ter sido implementada porque tivemos cá turistas e não me parece que seja necessário esperar 15 meses para escolher 20 ou 30 fotografias e elaborar outros tantos *outdoors*. Como referiu a senhora deputada, a ideia foi copiada posteriormente em Ponta Delgada e já foi implementada mas cada um tire as ilações que quiser.

Sr. presidente da Câmara: – Nunca serei tão eficiente como Ponta Delgada.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Senhor presidente, peço-lhe o empenho pessoal para interceder junto do Governo Regional e da Segurança Social para que se resolvam rapidamente as situações pendentes de análise porque estamos a falar de pessoas que aguardam há 2 semanas por um contacto para os ajudar em pequenas coisas que poderão ser grandes para quem pouco tem.

Aproveitando o regresso do nosso colega Miguel Borba, recordo que o acesso ao hospital levantou alguma polémica aquando a sua construção porque foi naquela falsa faixa que se deu um grande acidente no dia das chuvas, o que bloqueou a circulação no sentido Sotermáquinas/Lameirinho com grande acumulação de viaturas na zona de Santa Luzia. Foi prometido que a situação seria estudada após a inauguração e gostaria de saber se algo foi feito nesse sentido.

Sr. presidente da Câmara: – Fez-se um grande esforço e conseguiu-se manter a cidade bonita e decorada durante o verão. O programa é importante e será concluído mas penso que não faria muito sentido a colocação de fotografias de flores na altura em que as flores já lá estavam.

A experiência deste ano a respeito da decoração da cidade foi extremamente positiva e devido ao nosso clima é possível ter flores na cidade durante quase todo o ano, exceto no período entre dezembro e fevereiro.

Não me parece que este seja o lugar adequado para se fazerem perguntas relativas à estrada. O senhor membro da Assembleia poderá responder mas não se trata de um assunto que à Câmara diga respeito. Quanto à regulação do trânsito naquela zona, particularmente à primeira escapatória junto ao antigo caminho da Ponta do Muro, volto a repetir que se deve olhar para aquilo e ver o que se pode fazer.

A Câmara tem todo o empenho em ver resolvidos os pedidos de acompanhamento dos casos sociais. Ontem falei com quem trabalha nessas áreas, vamos fazer um esforço no sentido de se resolver o assunto o mais rápido possível, estou seguro de que os serviços da ação social farão o que têm a fazer e se houver dificuldades do lado deles, cá estaremos para ajudar.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Não quero sentir aí nenhuma pontinha de inveja de nenhum grande líder, senhor presidente.

Sr. presidente da Câmara: – Não, porque o meu líder é muito superior.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Muito bem. Também já percebemos que temos em Angra alguém que demonstra ser um grande líder. É importante que se ponham em prática políticas de apoio às famílias numerosas e que potenciem também a fixação de pessoas no concelho e na cidade.

Como o senhor presidente, de quando em vez, gosta de apelar à memória de todos nós, quero dizer-lhe que, se hoje há grandes líderes a apresentarem boas propostas, deve-se ao facto de Portugal se ter livrado da *tróica* e ter condições para baixar impostos.

Sr. presidente da Câmara: – Se isso é para a campanha eleitoral, os daqui já sabem em quem vão votar.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Independentemente da paternidade da proposta, ficaremos à espera para ver como a Câmara Municipal vai avançar com esta solução.

Sr. d. m. Miguel Borba: – O hospital foi inaugurado em 2012. Eu tive a tutela da pasta das estradas regionais nos anos 2006, 2007 e 2008 e não liderei esse processo, por isso não posso responder à questão colocada pelo senhor deputado Francisco Câmara.

Aquela poderá não ser a solução ideal, mas está implementada desde 2012, não vejo ali qualquer inconveniente e lembraram-se de falar agora no assunto por causa de um acidente. Se tivéssemos que mudar algo cada vez que há um acidente, estaríamos constantemente a alterar as nossas estradas.

Não se registaram mais intervenções. A informação do senhor presidente da Câmara relativa à atividade municipal, constante do Ponto 1.1, foi dada como apreciada.

1.2 – Nomeação pela Assembleia Municipal do novo auditor externo para certificação de contas do Município, em que se incluem as contas da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados para o triénio de 2014/2016, na sequência da cessão da posição contratual com a empresa J. Bastos, C. Sousa Góis & Associados, SROC, Lda. para Ana A. Santos, C. Sousa Góis & Associados, SROC, Lda. nos termos do artigo 96.º, n.º 4 do Estatuto dos ROC' s e artigos 316.º e 319.º do CCP, para deliberação da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara: – Trata-se de uma obrigação legal. Esta empresa de auditorias deu boas provas de si, conhece bem as questões e há grande interesse em que continue porque há que resolver o problema dos terrenos do aterro e questões de amortização com a Praia da Vitória. Há uma subsidiação cruzada que faz com que a Praia apareça entre os devedores dos Serviços Municipalizados e na Praia também aparecerão os Serviços Municipalizados na mesma quantia. Propomos que esta empresa continue a ser o auditor dos Serviços Municipalizados.

Sra. d. m. Alódia Costa e Silva: – Isso resulta da vontade da própria empresa em continuar ou de uma obrigação legal? Invocam aqui o n.º 4 que é o n.º 3 do artigo 96 do estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Pela interpretação deste artigo, se um revisor de uma empresa transitar para outra com direitos e obrigações a seu cargo respeitantes a um determinado processo em curso, esse processo deve acompanhá-lo?

Sr. presidente da Câmara: – É também isso. Acontece que a empresa em causa, que antes se denominava apenas *Sousa Góis e Associados*, incorporou esta senhora Ana Santos no processo. Concorrem aqui 2 eventos: a alteração societária do nosso auditor e o nosso interesse e necessidade em mantê-lo.

Não se registando mais intervenções e posta à votação, foi aprovada por maioria a proposta de nomeação como novo auditor externo da empresa constante no Ponto 1.2, com 26 votos a favor, (22 do PS, 3 do CDS-PP, 1 do d. m. independente) e 11 abstenções do PSD.

1.3 – Acordo de Geminção entre as Cidades de Angra do Heroísmo e Jining da República Popular da China, para autorização da Assembleia Municipal nos termos da alínea t) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – A política de geminações é importante, não apenas pelas questões de natureza económica mas particularmente dentro do que é o movimento da geminação de cidades que é o estabelecimento de pontes, conhecimento mútuo e amizade entre povos.

Assim como Angra, a cidade de Jining tem uma parte que é património da humanidade, é o local de nascimento de Confúcio, o maior pensador da civilização chinesa, e onde estão localizados os edifícios e as estruturas ligadas à história e às raízes do confucionismo.

Embora a zona história da cidade seja semelhante à de Angra, Jining é sede de um município com 8,5 milhões de habitantes na província de Shandong e corresponde a uma área de grande crescimento económico que a China considerou como preferencial para investimento nas novas tecnologias. Creio que a cidade de Angra ficará bem servida, geminando-se com esta cidade e estabelecendo com ela, laços de cooperação.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Senhor presidente e Exma. Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, bom dia a todos.

A política de geminação é importante mas não podemos geminar-nos com qualquer cidade. Daqui a dias aparece a cidade brasileira «Pés no chão» porque tem qualquer coisa em qualquer sítio e tudo isto acaba por implicar impactos económicos e custos para o nosso município, quanto mais não seja, obrigando a visitas do executivo, a assinaturas de acordos, etc.

Nada temos a opor à geminação do ponto de vista comercial, de ligações culturais, histórico e intelectual mas não vejo qualquer interesse pelas características culturais desta cidade. Uma coisa é a decisão da geminação por parte do município, a outra é um pedido em sentido inverso por uma questão de respeito institucional e político.

Gostaria que o senhor presidente da Câmara me explicasse todo o processo para perceber se se trata de pressão por parte de alguma comunidade chinesa instalada na ilha Terceira ou existem outros contornos, nos indicasse quem fará parte da comitiva que se deslocará a Jining para a assinatura desse acordo de geminação e quais as razões dessa geminação neste momento.

Dado que as geminações acarretam custos para o município, terão que apresentar vantagens culturais, económicas e turísticas. Li um pouco da cultura e história de Jining e vejo poucas ligações culturais portuguesas e açorianas com aquela cidade.

Sr. presidente da Câmara: – São cidades muito distintas porque não temos 8, 5 milhões de habitantes nem somos um centro de alta tecnologia; contudo, ambas têm o seu centro

classificado como património da humanidade e um conjunto de políticas que convergem na área cultural.

Este processo tem a sua génese na passagem do senhor presidente da República Popular da China pelo nosso concelho que me disse que gostaria que houvesse uma cidade chinesa que se geminasse com Angra. Julguei que seria apenas uma conversa de cortesia mas acabou por surgir esta proposta. Estamos perante algo importante do ponto de vista da relação de Angra com o mundo que se vai globalizando cada vez mais com grandes oportunidades nessa área.

Temos gasto por ano cerca de 15 mil euros com todas as geminações e não me parece uma política que onere excessivamente as finanças municipais. A comitiva que se deslocará à China é composta por mim, pelo senhor vice-presidente da Câmara e por um membro da comunidade chinesa residente em Angra. Está prevista para o próximo verão a vinda a Angra de uma delegação da cidade de Jining que aqui fará formalmente a assinatura.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Ao darmos um parecer favorável a esta geminação, estaremos a fazê-lo a outras futuras com todos os gastos daí inerentes mas, como referiu o meu colega Félix Rodrigues, é uma chatice quando alguém pretende «germinar-se» connosco e não aceitamos. Assim sendo, seria indelicado da nossa parte a não-aceitação deste convite de geminação por parte da China.

Esta cidade de Jining é gigantesca com cerca de 8,5 milhões de habitantes, uma área total de 8 200 kms² e fiquei com a noção de que a sua área metropolitana com cerca de 800 kms² teria o dobro desta ilha. Tem a particularidade de ser uma das cidades mais poluídas da China e uma das 10 mais poluídas do mundo, provavelmente a mais poluída, mas apresenta um grande crescimento na área da tecnologia.

Sugiro que esta visita seja bem aproveitada para a captação de investimento direto estrangeiro, uma das promessas deste executivo, porque a cidade de Jining possui 18 universidades e mais de 200 centros de investigação. Não podemos enviar para lá estudantes, porque não os temos e talvez ninguém queira vir para cá, mas podemos trazer alguns estudantes chineses para a tecnologia de ponta que a universidade dos Açores poderá eventualmente oferecer. Talvez a delegação deva ser aumentada, levando mais alguém que possa servir de ponte para esta captação de investimento.

Sr. presidente da Câmara: – Esta geminação é importante para a cidade de Angra, a primeira dos Açores a ser geminada com cidades da República Popular da China. Repito que o objetivo das geminações é o estabelecimento da amizade e da paz; foi para isso que Dwight Eisenhower criou este movimento e não para comprarmos ou vendermos tecnologia. Como uma coisa está associada à outra, esperemos que daqui resulte algo mais.

Esta viagem tem apenas este carácter exploratório; assinaremos o acordo como manda a boa educação e o protocolo, estabeleceremos esta relação e depois veremos como ela se desenvolve. As coisas poderão ficar por aqui, como aconteceu com algumas cidades cujo emblema está no *hall* de entrada, mas poderá haver outros desenvolvimentos como felizmente aconteceu com algumas das outras cidades com as quais se tem mantido um franco e importante relacionamento. Não vale a pena levarmos uma grande delegação sem sabermos o que nos espera e conhecermos as intenções do outro lado.

Os custos da viagem para a China a partir de Lisboa são de pouco mais de 600 euros. É quase tão caro chegar a Lisboa como chegar à China. Conforme determina o protocolo no âmbito das cidades geminadas, as despesas com a estadia dos visitantes ficam a cargo de quem recebe e cabe-nos apenas lá chegar. Quando as nossas contrapartes cá chegarem daqui a uns meses teremos que suportar as respetivas despesas da sua estadia.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Se o orçamento reservado para as geminações ronda os 15 mil euros por ano e têm sobrado e se pretendemos dignificar a atividade política e o funcionamento

dos órgãos resultantes das escolhas populares, o grupo municipal do CDS-PP entende que esta Assembleia deve ser representada ao mais alto nível com a integração do senhor presidente da Mesa na comitiva por se tratar da assinatura de geminação com uma cidade que fica do outro lado do mundo.

Já agora e em jeito de aparte talvez a viagem à China saia um pouco mais cara porque a viagem Terceira/Lisboa deve estar ao mesmo preço da viagem Lisboa/China. Dessa forma não podemos atrair turistas chineses ou de outra qualquer cidade irmã enquanto mantivermos este modelo de transportes que tem prejudicado a ilha Terceira.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Apoiamos a proposta do CDS-PP e consideramos que esta Assembleia se deve fazer representar nessa viagem ao mais alto nível.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Acordo de Geminação proposto no Ponto 1.3 foi aprovado por maioria com 37 votos a favor; (21 do PS, 11 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do d. m. independente) e 1 voto contra do Partido Socialista.

1.4 – Atribuição das Chaves de Honra do município e do título de Cidadão Honorário de Angra do Heroísmo a Dom António de Sousa Braga. Para deliberação da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara: – O currículo da pessoa em causa é por todos nós conhecido, consta do documento que foi distribuído e esta proposta foi aprovada por unanimidade em reunião da Câmara Municipal.

Sr. d. m. Pérciles Ortins: – O grupo municipal do PSD congratula-se com esta proposta e votá-la-á favoravelmente.

Não se registaram mais intervenções. A Proposta constante do Ponto 1.4 foi aprovada por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.5 – Proposta para nomeação do júri para o recrutamento do cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão da Unidade de Gestão e Serviços Integrados, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. Para deliberação da Assembleia Municipal.

Sr. vereador Guido Teles: – Esta é uma necessidade legal de recrutamento de um chefe de divisão devido à saída do Ruben Fournier pouco depois de termos iniciado o nosso mandato. O doutor Paulo Fantasia tem estado a exercer funções em regime de substituição, pelo que se torna necessário proceder ao recrutamento com a nomeação do júri aqui proposto:

Para a presidência, Sandra Costa, chefe da unidade de desenvolvimento comunitário. Para vogais, o chefe da unidade de gestão financeira e recursos humanos, João Pedro Cardoso e Paulo Santos, um advogado da nossa praça, visto que os requisitos definidos na lei preveem para a composição do júri, personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal e, no caso dos vogais, pessoas com alguma experiência na área dos recursos humanos, na administração local autárquica ou na área da advocacia.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Diz aqui o seguinte: «*Propõe-se ainda nos termos do artigo 24º, nº 2 da lei supra mencionada, a atribuição de despesas de representação no montante previsto no nº 1 do mesmo artigo ao candidato a selecionar.*» O cargo de chefe de divisão de gestão de serviços integrados parece-me ser um serviço interno da Câmara e as despesas de representação devem ser atribuídas a colaboradores que representem a empresa ou instituição em certos eventos, levando os clientes a almoçar, etc., ações que os poderão obrigar a despesas acrescidas.

Sr. presidente da Câmara: – Há determinados cargos na administração pública, incluindo o chefe de divisão, que têm direito a despesas de representação, uma espécie de suplemento salarial. Foi uma solução encontrada há alguns anos em que os ordenados não subiam mas as pessoas ganhavam mais.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Se é um direito, esta recomendação é desnecessária e pode ser retirada.

Sr. vereador Guido Teles: – Está em causa apenas a nomeação de um júri para um processo de recrutamento previsto na lei para a designação do chefe de divisão desta unidade orgânica.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Faz-se aqui a proposta de nomeação do júri, com a qual concordamos mas mistura-se aqui a questão salarial com a nomeação de um júri.

Sr. d. m. João Santos: – Essa informação é redundante porque essas despesas de representação constam dos recibos de vencimento dos cargos de direção de 1º e de 2º grau.

Sr. vereador Guido Teles: – O artigo 24 da legislação aqui mencionada, a lei nº 49-2012, prevê que a atribuição das despesas de representação aos titulares de cargos de direção superior de 1º grau e de direção intermédia de 1º e 2º graus, têm que ser aprovadas pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal. Acontece que estas despesas de representação são atribuídas a todos os chefes de divisão deste município e por proposta da Câmara, submetem-se sempre à Assembleia Municipal a atribuição destas despesas de representação.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Volto a questionar se este cargo tem o especial dever de representar a Câmara Municipal, justificando a atribuição de despesas de representação.

Sr. presidente da Câmara: – Julguei tratar-se de uma obrigação legal e que nem poderíamos dizer que não. Nunca tinha lido aquela norma porque julguei que isso fazia parte da estrutura salarial de todos os chefes de divisão desta Câmara e do Governo Regional. Não podemos distinguir este dos outros chefes de divisão e é de toda a justiça que assim seja.

Não se registando mais intervenções e colocada à votação, a Proposta constante do Ponto 1.5 foi aprovada por maioria com 27 votos a favor, (21 do PS, 4 do PSD, 1 do CDS-PP, 1 do d. m. independente) e 8 abstenções, (5 do PSD, 3 do CDS-PP).

1.6 – Indicação de um representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil, a designar pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do artigo 41.º da Lei n.º 80/2015 de 3 de agosto.

Após votação por escrutínio secreto foram designados os seguintes membros:

– Paulo Jorge Pimentel da Silva, como efetivo.

– Francisco Manuel Leonardo dos Santos, como suplente.

2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP

2.1 – Recomendação do Grupo Municipal do CDS-PP para que a Câmara Municipal diligencie no sentido de a empresa Paulo Feliciano - Audiovisual, Soc. Unipessoal, Lda., passar a fazer a cobertura informativa dos trabalhos, legal e regimentalmente convocados da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Para efeitos de ata, temos deixado o registo de que, infelizmente, o serviço público de rádio e televisão dos Açores, nomeadamente a delegação da ilha Terceira do Centro Regional da RTP, pura e simplesmente não põe os pés na Assembleia Municipal de Angra. Quando tentamos saber porquê, a resposta que nos dão é que não são informados mas o senhor presidente da Mesa há tempos foi esclarecedor relativamente às diligências que faz no

sentido de informar os órgãos de comunicação social públicos e privados da realização das reuniões deste órgão deliberativo do município.

Assim sendo, se Maomé não vai à montanha, a montanha terá que ir até Maomé. Considerando que a Câmara Municipal nos últimos 2 anos tem celebrado contratos com uma empresa de audiovisuais no sentido de promover o município de Angra, este grupo municipal entende que esta Assembleia deve ser tratada com a dignidade que merece.

Existindo um contrato que envolve valores na ordem dos 36, 38 mil euros/ano, propomos que essa empresa de audiovisuais faça uma pequena reportagem dos trabalhos das 5 sessões anuais da Assembleia para o canal do município.

Sr. presidente da Câmara: – Concordo com o que foi dito e apenas quero colocar uma questão caucionária. Como o contrato existente visa a promoção de eventos e não, propriamente a produção noticiosa, a reportagem terá que ser feita no contexto de um evento, o que não levantará qualquer dificuldade a quem o vai executar.

Também penso que não será possível filmar a sessão completa para se fazer um resumo de 3 ou 4 minutos que normalmente é feito nestas circunstâncias e o que podemos obter contratualmente. A proposta fica ao critério dos senhores membros da Assembleia.

Sr. d. m. João Santos: – Partilho inteiramente o que foi dito pelo senhor deputado Pedro Ferreira, porque confesso que não fico indiferente sempre que se vê nas redes sociais a denúncia desta ou daquela situação, se a Câmara faz ou não faz, o que é que os tipos da Assembleia andam lá a fazer, etc.

Eu tento perceber o sentimento daquelas pessoas porque ninguém lhes diz o que andamos aqui a fazer. Uma coisa será o agrado ou desagrado pelas posições que tomamos ou a forma como trabalhamos, a outra é o facto de ninguém saber o que estamos aqui a fazer pelo facto de não lhes ser transmitida qualquer informação. Por uma questão de justiça, os órgãos de comunicação social deveriam fazer o seu papel mas não o fazem e uma alternativa seria bem-vinda.

É preciso perceber se isto poderá ser incluído no atual contrato, se há a necessidade da celebração de um outro com o respetivo aumento de custos e se teremos que fazer internamente o trabalho que deveria ser feito pelos órgãos de comunicação social, ou seja, um resumo de 2 ou 3 minutos com ou sem voz *off*, uma notícia feita por uma empresa privada, dando conta do que se passa nesta Assembleia.

Sr. presidente da Câmara: – Este tipo de contrato não requer a celebração de qualquer outro nem acarretará despesas adicionais.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Pelo que interpretei do contrato, a empresa de audiovisuais não tem competências ao nível informativo como foi dito pelo senhor presidente da Câmara, a não ser que a Câmara entenda criar um contrato para o ano que vem com uma cláusula por mais uns euros referindo uma secção informativa num futuro serviço a prestar também à Assembleia Municipal.

O que o deputado João Santos referiu é fundamental; os angrenses devem saber que nos reunimos aqui pelo menos 5 vezes ao ano. Tirando uma polémica ou outra referida pela comunicação social privada da nossa praça, pouca gente sabe que estão aqui quase 40 almas a trabalhar para melhorar as condições de vida da comunidade.

Sr. d. m. Péricles Ortins: – O grupo municipal do PSD congratula-se com esta proposta que votará favoravelmente, mas lembro que este assunto levantado pelo deputado João Santos não é de agora. Salvo algumas exceções devidas a questões polémicas ou a trabalhos de ordem mais partidária tornados públicos, a maior parte das pessoas não sabe sequer que esta Assembleia existe. Esta posição é louvável mas é apenas um pequeno passo porque devemos também saber cativar a vinda das pessoas cá ou fazer chegar a informação lá.

Sr. d. m. João Santos: – Por incrível que pareça, mesmo os assuntos polémicos desta cidade aqui debatidos só tiveram cobertura da comunicação social quando subsequentemente algum partido convocou uma conferência de imprensa.

Votaremos esta proposta favoravelmente para dignificar esta Assembleia e divulgar o seu trabalho porque fomos todos eleitos pelas pessoas que estão lá fora. Quem sabe, se venha a passar um dia na Assembleia Municipal de Angra o que se passa na Assembleia Legislativa Regional com os trabalhos transmitidos em direito e em canal aberto.

Sr. presidente da Câmara (ironizando): – Tentarei trazer da China essa tecnologia.

Sr. d. m. João Santos: – Como foi sugerido que o senhor presidente da Assembleia seja integrado na comitiva, espero que ajude a transportar essa tecnologia. Votaremos favoravelmente esta proposta.

Sr. presidente da Mesa: – Como o senhor presidente da Câmara disse só possuir 15 mil euros para deslocações atribuídos à Câmara, a Assembleia não tem dinheiro para se deslocar.

Não é a primeira vez que acontecem situações dessa natureza, nomeadamente com Cabo Verde em que a Assembleia Municipal não se fez representar, apesar dessas temáticas serem votadas pela própria Assembleia. Essa decisão compete à Câmara e não, ao presidente da Assembleia.

Posta à votação, a Recomendação constante do Ponto 2.1 foi aprovada por unanimidade.

2.2 – Recomendação do Grupo Municipal do CDS-PP para que a Assembleia Municipal se pronuncie no sentido de alertar as autoridades regionais e nacionais competentes para a urgência e necessidade de se proceder a investimentos públicos conducentes à concretização do aumento da placa de estacionamento de aeronaves civis e comerciais no Aerogare Civil das Lajes, bem como à construção do novo terminal de cargas naquela infraestrutura.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Considerando que, como o CDS-PP tem vindo a denunciar, se têm-se registado praticamente todos os dias acentuados constrangimentos na operação de aeronaves civis e comerciais na aerogare civil das Lajes, porque a Força Aérea Portuguesa continua a fazer gala em colocar dificuldades às companhias aéreas que voam para a ilha Terceira e a sujeitarem os passageiros a tempos excessivos dentro dos aviões à espera de autorização para desembarcar ou para embarcar num voo que acaba significativamente atrasado;

Considerando que recentemente um voo da SATA Internacional proveniente de Lisboa esteve parado no aeroporto das Lajes cerca de uma hora com os motores a trabalhar e os passageiros no seu interior à espera de uma autorização para estacionar na placa militar das Lajes por força da sobre lotação da placa de estacionamento de aeronaves civis;

Considerando que na semana passada foi a vez de um avião da TAP, também com origem em Lisboa, por falta de autorização militar para estacionar na placa militar, ter estado cerca de 30 minutos parado com os motores a trabalhar e os passageiros no seu interior no fim da pista à espera que um dos aviões a operar na placa civil saísse para proceder ao desembarque e embarque de passageiros;

Tais situações, para além de uma péssima imagem da ilha Terceira e dos Açores, provocam prejuízos às companhias aéreas e atrasos significativos nas ligações dos passageiros aos seus destinos;

Considerando que ao longo dos últimos anos de governação socialista regional têm sido prometidas, anunciadas e até orçamentadas, verbas para a concretização das obras de ampliação da placa de estacionamento de aeronaves civis e comerciais da aerogare civil das Lajes, bem

como a construção de um terminal de cargas que melhoraria substancialmente a capacidade exportadora da ilha Terceira;

Considerando que estes dois investimentos públicos são essenciais ao desenvolvimento económico da ilha Terceira e nunca foram concretizados;

Considerando que, no âmbito do processo de redução do contingente militar norte-americano da Base das Lajes, são enormes os impactos socioeconómicos para a ilha e considerando que as acessibilidades são fundamentais para a coesão social e territorial dos Açores e para o fomento da economia das nossas ilhas, em particular da ilha Terceira e do concelho de Angra do Heroísmo;

Ao abrigo das disposições regimentais, o grupo municipal do CDS-PP propõe que a Assembleia Municipal aprove a seguinte recomendação:

«A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo pronuncia-se por iniciativa própria no sentido de alertar as autoridades nacionais e regionais competentes para a urgência e necessidade de se proceder a investimentos públicos condicentes à concretização do aumento da placa de estacionamento de aeronaves civis e comerciais na aerogare civil das Lajes, bem como a construção do terminal de cargas da mesma infraestrutura aeroportuária.»

Desta pronúncia deve ser dado conhecimento ao presidente do Governo Regional dos Açores, à presidente da Assembleia Legislativa da Região autónoma dos Açores, aos grupos e representações parlamentares e à presidência do Conselho de Ministros.

Sr. d. m. João Santos: – Fazendo fé no que o senhor deputado Pedro Ferreira referiu, não nos opomos a esta recomendação mas gostaria de deixar uma pequena ressalva. Nesta altura, talvez motivado pela campanha eleitoral ou pelo facto do Ministro da Defesa ser quem é, à partida parece-me existir alguma tendência natural para se fazer um ataque à Força Aérea e às restantes Forças Armadas.

Como não conhecemos os pormenores da questão em geral e de cada caso em particular, neste momento é muito fácil atacar a Força Aérea porque não cumpre ou não deixa e a culpa é do ministro ou da secretária de Estado mas, se calhar, as coisas não são bem assim.

Sabemos como as estruturas militares se organizam e tendemos a dizer que se trata de falta de boa vontade. Os portugueses em geral entendem a boa vontade como o facilitismo e o «desenrasca aí» mas aquela é uma pista militar que deve ter a placa disponível para as operações militares, evacuações aeromédicas, etc.

Deve haver aqui alguma moderação. Não gostaria de ver a Força Aérea crucificada nessas questões porque as regras e os procedimentos são para se cumprir, não podemos ter o melhor de dois mundos e não devemos crucificar os militares por tudo o que não corre bem.

O que é necessário é investir na parte civil com o eventual aumento da placa e criar as condições para que os aviões civis possam operar. Nessa medida estamos a favor da recomendação. Devemos preocupar-nos com a parte civil e não tentar roubar a parte militar que lhes pode ser necessária.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Não pretendemos crucificar ninguém mas queremos ver a situação resolvida porque já rola há muitos anos e nada tem a ver com a campanha que apenas ajudou a que estas questões voltassem ao de cima. Queremos acabar com os bloqueios ao desenvolvimento económico e social da ilha Terceira.

No âmbito da liberalização dos transportes, não podemos pretender mais companhias a voar para a Terceira com voos mais baratos quando o 5º avião fica uma hora à espera para poder operar com todos os custos e constrangimentos inerentes e temos 85 lugares de estacionamento disponíveis na zona militar.

A justificação dada pela TAP é que havia um passageiro que precisava de uma cadeira de rodas. O *handling* da SATA não poderia atravessar para ir à TAP buscar o passageiro de cadeira de rodas como faz na placa civil? A Força Aérea diz que não autoriza porque não possui um equipamento para tirar um passageiro do avião, quando é o *handling* da SATA que vem ao lado de cá fazer a operação.

Deve sair desta Assembleia uma posição de força no sentido de nos pronunciarmos para a resolução destes problemas. Não se pode negociar voos *low cost* para a Terceira porque as companhias não se podem dar ao luxo de ter uma aeronave à espera com os motores a trabalhar durante 40 minutos ou 1 hora.

É certo que aquela é uma base da Força Aérea Portuguesa que presta serviços muito relevantes e dignos à região autónoma dos Açores há muitos anos mas o senhor comandante não pode continuar a ter autoridade à porta de entrada dos passageiros na aerogare civil. O senhor manda e desmanda, autoriza e desautoriza. Enquanto não for aumentada a placa de estacionamento é importante desbloquear 1 ou 2 lugares do lado militar para situações de exceção.

Sr. d. m. Péricles Ortins: – Concordo com a generalidade do que foi aqui referido e o grupo municipal do PSD vai votar favoravelmente pelo objetivo principal desta recomendação.

Não se registando mais intervenções e posta à votação, a Recomendação constante do Ponto 2.2 foi aprovada por unanimidade.

3 – DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PSD E DO CDS-PP

3.1 – Recomendação conjunta do Grupo Municipal do Partido Social Democrata e do CDS-PP para que a Câmara Municipal diligencie no sentido da inclusão no percurso dos *minibus*, de uma paragem junto ao Centro de Saúde de Angra do Heroísmo na Canada dos Melancólicos.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Com esta recomendação pretendemos que as viaturas *minibus* passem junto ao Centro de Saúde de Angra do Heroísmo, porque atualmente param junto à rotunda do antigo hospital, obrigando os utentes a atravessarem a rotunda, correndo o risco de atropelamento e a fazerem o percurso pela Canada dos Melancólicos sem passeio do lado direito.

Esta distância de 200 ou 300 metros, embora pareça curta, é percorrida por pessoas doentes com alguma debilidade, por idosos, por grávidas ou por quem transporte crianças ao colo com alguma dificuldade acrescida em dias de mau tempo.

Sr. d. m. João Santos: – Temos muitas reservas relativas a esta recomendação porque acarreta implicações e constrangimentos e não podemos exigir que os autocarros ou *minibus* parem à porta de qualquer estabelecimento onde nos desloquemos em que só falta entrar com a viatura se a porta for larga.

Não é que a situação seja comparável mas já houve por aqui quem defendesse que o *minibus* deveria entrar no recinto da universidade para que os estudantes não apanhassem chuva desde a rotunda. Com este tipo de propostas começamos a cair nalgum exagero e não há reordenamentos de trânsito nem percursos que resistam.

Se não há passadeira, revejam-se as condições do percurso pedestre entre a paragem e o Centro de Saúde. O Partido Socialista não se revê nesta alteração, correndo-se o risco de, em pouco tempo, termos que alterar todo o percurso e paragens do *minibus*.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Concordo genericamente com o seu raciocínio em que o *minibus* não pode parar em todos os sítios ou ir até ao altar-mor da igreja no dia da missa mas a questão aqui é um pouco mais subtil, porque está relacionada com a saúde das

populações. Se o *minibus* vai ao hospital, embora um pouco mais longe do centro da cidade, não vejo que não se possa estabelecer um paralelismo, levando-o também ao Centro de Saúde porque transporta pessoas que vão receber cuidados de saúde.

Faça-se o estudo, transfira-se a paragem do *minibus* para o Centro de Saúde e os saudáveis que vão à fava e andem para trás porque ali trata-se de doentes e de pessoas idosas. A minha mulher é médica no Centro de Saúde e quando passo por ali vejo as velhinhas de pernas arqueadas e de bengala a deslocarem-se com alguma dificuldade. Mais vale deixar os passeios como estão e arranjar uma solução de estacionamento transitório para o *minibus*.

Sra. d. m. Irina Pimentel: – Boa tarde senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais. Começo por concordar que deve ser facilitado o acesso às instalações de saúde a todas as camadas da população, com especial atenção para aquelas com dificuldades de mobilidade, mas parece-me que esta proposta em concreto não contribui para a melhoria dessas acessibilidades sendo por isso contraditória na sua natureza e conteúdo.

A redação da proposta não esclarece se é pretendido acrescentar uma paragem ou anular a existente em frente à EVT, substituindo-a por uma nova. Qualquer das opções implicaria necessariamente o aumento do tempo do percurso dos *minibus* e a criação de uma nova paragem localizada na Canada dos Melancólicos seria a duplicação de uma outra existente a menos de 150 metros.

O tempo do percurso do *minibus* que passa pelo hospital velho já conta com cerca de 60 minutos e os utentes apenas poderiam ser beneficiados por uma redução do trajeto e nunca por um aumento.

Por outro lado, importa salientar que o trânsito da Canada dos Melancólicos sofreu alterações de sentido e de estacionamento precisamente devido a congestionamentos de tráfego. Adicionar a passagem frequente de um autocarro àquele arruamento será contraproducente, constringendo o acesso das restantes viaturas ao Centro de Saúde.

Na prática, a maioria dos utentes com grandes dificuldades de locomoção, como aqueles que se deslocam em cadeiras de rodas ou outros auxiliares de locomoção, não utilizam o *minibus*. A paragem existente junto à EVT serve não só o Centro de Saúde como também o lar de idosos, proporciona boas condições de abrigo e informação aos utentes dos transportes públicos e está a menos de 150 metros de distância, o que me parece um percurso razoável para ser percorrido a pé. Assim, julgo que esta proposta não adiciona benefícios suficientes que justifiquem a sua implementação.

*Não havendo mais intervenções e posta à votação, a **Recomendação constante do Ponto 3.1 foi rejeitada por maioria** com 18 votos contra do PS, 14 votos a favor (10 do PSD, 4 do CDS-PP) e 2 abstenções (1 do PS, 1 do d. m. independente).*

Sr. d. m. João Santos (para uma declaração de voto): – O Partido Socialista não votou contra o melhoramento das acessibilidades ao Centro de Saúde; votou contra uma situação que facilitaria por um lado mas criaria constrangimentos por outro.

Nunca poderá ser feito qualquer paralelismo com o hospital porque existem paragens em ambos os locais. Se o *minibus* parar junto à entrada da hemodiálise do hospital, vão os mesmos cerca de 150 metros existentes entre a paragem junto à EVT e a porta do Centro de Saúde.

Sr. d. m. Francisco Câmara (para uma declaração de voto): – Queria registar e lamentar que os 2 presidentes de junta de freguesia de S. Bento e da Conceição tenham votado contra esta proposta que serviria melhor as populações daquela e de outras freguesias.

Uma paragem junto ao Centro de Saúde não seria como outra qualquer porque as pessoas se deslocam ali por necessidade e aqueles 150 ou 200 metros X 2 são bastantes para quem tem

dificuldades de locomoção. Se estão preocupados com os carros e com os estacionamento, retirem meia dúzia deles para que o *minibus* lá possa deixar e recolher as pessoas.

3.2 – Recomendação conjunta do Grupo Municipal do Partido Social Democrata e do CDS-PP, no sentido de a Câmara Municipal colocar espelhos refletores nos cruzamentos e entroncamentos da Rua da Rosa com as Ruas, da Palha, do Salinas, Carreira dos Cavalos, de Jesus e dos Canos Verdes.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Julgo que esta recomendação é clara e decorre da nossa vivência quotidiana. Agora que a rua da Rosa passou a ter prioridade, decerto algum de nós já passou um susto porque um ou outro condutor ainda não se apercebeu disso ou se distraiu. Julgo que este argumento foi utilizado em tempos pelo deputado João Santos numa proposta de recomendação semelhante mas é através das pequenas coisas que conseguimos melhorar significativamente o nosso dia-a-dia em termos de segurança de peões e automobilistas.

Sr. d. m. António Alves: – Boa tarde senhor presidente e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas. Tratando-se de uma cidade património mundial e pelo facto de não ser permitida a colocação de qualquer tipo de sinalização publicitária e outra nas ruas do centro histórico, o grupo municipal do Partido Socialista votará contra esta recomendação por considerar que também não faz sentido a colocação de espelhos nessas ruas, visto que já lá se encontra a adequada sinalização de trânsito.

Sra. d. m. Michele Aguiar: – Fugindo um pouco ao tema desta proposta, gostaria de informar que no verão, independentemente do sentido de onde vêm e apesar da linha contínua, os turistas viram recorrentemente em contra mão para a rua do Rego, algo que seria evitado com a colocação da adequada sinalização vertical.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Em resposta à intervenção do senhor deputado António Alves, não se pode comparar questões de segurança com luminosidade porque as regras das cidades património permitem *placards* iluminados e não, luminosos.

Costumo vir à cidade ao sábado de manhã; estaciono, subo a rua da Rosa e já apanhei grandes sustos. As pessoas têm que parar mais à frente em cima da passadeira por dificuldades de visibilidade porque as viaturas são constantemente estacionadas em cima do cruzamento e há falta de policiamento na cidade para agir contra estas infrações.

A sinalização está correta mas há estacionamento tão mau que é necessário avançar demasiado e meter a frente do carro no meio da rua para permitir alguma visibilidade e se calhar, os espelhos permitiram acautelar estas situações.

Sr. presidente da Câmara: – Estas preocupações são legítimas mas não me parece que a solução passe pelo espelho, que apenas deve ser usado em vias de circulação rápida. Quem não vir um sinal de stop também não verá um espelho e a questão do mau estacionamento é que deve ser resolvida.

A melhor forma de resolver a situação passa pela criação de uma bochecha de passeio no ponto crítico dessa rua para que ninguém possa lá pôr o carro. Eliminado esse mau estacionamento, o problema ficará resolvido.

Temos vindo a construir essas bochechas nas ruas que vão sendo intervencionadas. Já o fizemos no princípio da rua Direita para cima junto à Praça Velha porque alguém deixava ali o carro e o autocarro não passava, fizemo-lo também no início da rua Direita para baixo com o alargamento do passeio para se evitar o mesmo problema, estamos a fazê-lo junto à saída da rua dos Minhas Terras porque havia o hábito clássico de se parar o carro em frente e não se conseguia passar, o que vai ser resolvido com o alargamento do passeio e existe um problema semelhante no cruzamento dessa rua com a rua de S. João.

Temos a intenção de colocar as tais bochechas de passeio na rua da Rosa para onde foi canalizado bastante trânsito, o que será feito quando acabarmos de resolver estes problemas de calçada levantada que para aí temos.

Gostaria de dar todo o meu apoio ao que foi dito pelo grupo parlamentar do Partido Socialista porque não faz sentido que se coloquem espelhos dentro de uma cidade em ruas tão estreitas como aquelas porque o problema reside no mau estacionamento nos entroncamentos e teremos uma forma mais eficaz de o resolver.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Concordo consigo mas, se a polícia fizesse o seu trabalho no centro da cidade, talvez as bochechas não fossem necessárias porque as pessoas evitariam multas de 30 ou 60 euros. Antes víamos polícia por todo o lado; com o surgimento da empresa de parquímetros, as pessoas deixaram de pagar 30 euros por não terem colocado a moedinha e a polícia desapareceu do centro de Angra.

Sr. d. m. João Santos: – Penso que a colocação de espelhos poderá ser contraproducente porque os condutores, valendo-se do espelho, poderão ignorar o stop. As pessoas têm que perceber que circulam dentro de uma cidade com muitas especificidades, opõem-se a tudo o que os obrigue aos limites de velocidade, querem andar o mais rápido possível e é isso que tem que ser contrariado.

Ainda bem que não estou sozinho nesta causa e penso que nunca estive porque a doutora Rita Andrade verbalizou os problemas. No que respeita ao cumprimento das regras de trânsito, Angra está transformada num autêntico manicómio. A Câmara bem tenta fazer o seu trabalho mas as pessoas têm uma imaginação incrível.

Ali na rua da Rocha, as pessoas vão até à porta da moagem, metem a marcha atrás, passam entre a parede e os bilros e estacionam na mesma onde não devem. Na rua da Palha não há esplanada, dá para pôr um carro entre os 2 bancos do jardim. Estaciona-se ali e vai-se à Açoreana, à farmácia ou ao multibanco.

Isto está transformado num manicómio por falta de regulação e fiscalização. Fazem-se cargas e descaras a qualquer hora e em qualquer sítio e estaciona-se de qualquer maneira. Hoje subi a rua da Sé e vi uma senhora conhecida que parou para falar ao telefone: «– Então, paras aí para falares ao telefone? – Não reparaste que liguei os 4 piscas?» Isto é de um desconhecimento profundo. Falta educação, informação, fiscalização e punição. O que se quer é que as pessoas cumpram as regras de trânsito e circulem devagar dentro de uma cidade com características muito especiais.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Não poderia estar mais de acordo com o senhor deputado João Santos mas há um senão em relação ao que foi dito por ele e pelo senhor presidente da Câmara.

Esta proposta visa colmatar algumas falhas existentes nas nossas ruas com cruzamentos apertados e declives. Na interseção entre a rua dos Canos Verdes e a subida da rua da Rosa, não se consegue ver se vem um carro do outro lado, é necessário avançar um pouco mais para conseguir perceber se pode avançar e ao fazê-lo corre-se o risco de acidente. Dizer-se que a pessoa, por usar o espelho, não respeita o stop não passa de uma falácia.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Com esta proposta não se pretende estabelecer uma regra geral mas sim resolver problemas pontuais. Por vezes o sinal de stop e o espelho são complementares, eficazes e necessários; dou-vos o exemplo entre a rua Recreio dos Artistas e a rua da Boa Nova em que é impossível sair dali sem o espelho.

No anterior regime de trânsito era dada prioridade aos condutores provenientes do Alto das Covas no sentido do Relvão e quem saía da travessa da Recreio dos Artistas tinha que colocar a frente da viatura completamente de fora para conseguir alguma visibilidade. Haviam ali acidentes graves todas semanas e o problema ficou resolvido com 2 sinais de stop e 1 espelho.

As bochechas de que falou o senhor presidente resolvem o problema mas demoram mais tempo a serem colocadas; os espelhos põem-se e retiram-se, resolvem temporariamente os problemas de segurança, porque há risco de acidente nessas localizações, e não são assim tão caros. Não é a justificação do manicómio que nos deve despreocupar relativamente à segurança das pessoas e bens, porque normalmente os que cumprem é que são apanhados desprevenidos.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – O deputado Félix Rodrigues mencionou o espelho do cruzamento da rua da Rosa com a rua da Boa Nova mas existe um outro no cruzamento anterior entre a rua da Rosa e a Recreio dos Artistas. Pergunta-se por que razão pode existir a conjugação de espelhos e sinais de stop nestes cruzamentos consecutivos e não pode acontecer o mesmo nos anteriores, se a rua da Rosa passou a ter prioridade no sentido ascendente. Lamento e respeito democraticamente os argumentos utilizados para justificar o chumbo da proposta mas não entendo a diferença dos critérios utilizados.

Sr. presidente da Câmara: – Não sei se esse problema foi devidamente considerado no estudo de trânsito mas na altura da sua discussão verificaremos tudo isso e em vez de uma corrida aos espelhos, analisaremos tecnicamente a melhor solução para o problema.

A existência de espelhos em apenas alguns locais tem a ver com a intensidade do tráfego. Aquelas ruas com mais trânsito têm os espelhos lá colocados há uns anos e foram mantidos quando se alterou a sinalização. Com a alteração do sentido da prioridade do trânsito, agora até já se tem melhor visibilidade junto à junta de freguesia da Sé e o espelho seria desnecessário.

Esta parece-me uma má proposta. Tem que ser feita uma análise calma e calculada destas questões, não podemos ter uma chuva de espelhos pela cidade abaixo e fica o meu compromisso de verificarmos com cuidado esta questão da rua da Rosa e todas as outras situações de prioridade e estacionamento, principalmente o mais abusivo junto aos entroncamentos.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Apenas para salientar que o senhor presidente da Câmara assumiu um compromisso, parece-nos que será levado a sério e cá estaremos no âmbito das nossas funções fiscalizadoras. Assim sendo, o grupo municipal do CDS-PP retira de votação a proposta apresentada.

*Não se registaram mais intervenções. A **Recomendação constante do Ponto 3.2** foi retirada pelos proponentes.*

4 – DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

4.1 – Voto de Louvor aos trabalhadores municipais pela dedicação e eficiência demonstradas na rápida reação aos efeitos causados pelas cheias ocorridas em Angra do Heroísmo nos passados dias 2 e 4 de setembro.

Sr. d. m. Vasco Capaz: – «A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida no dia 17 de setembro de 2015 no salão nobre da Câmara Municipal, entende de inteira justiça louvar a dedicação e eficiência demonstradas pelos trabalhadores da Câmara e dos Serviços Municipalizados durante as cheias que causaram avultados prejuízos no nosso concelho nos passados dias 2 e 4 de setembro.

Tornando-se necessário intervir com eficácia e rapidez em diversos locais das freguesias de S. Bento, Sé, Conceição, Santa Luzia e Ribeirinha, cumpriram em todos os casos, cabal e esforçadamente, as suas responsabilidades em conjunto com os bombeiros voluntários, a PSP e as restantes entidades envolvidas, demonstrando um elevado espírito de serviço cívico em defesa da segurança e do bem-estar das populações que servem.»

Sr. presidente da Câmara: – Todo o executivo municipal, da posição e da oposição, se associou unanimemente ao voto.

O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Os grupos municipais do PSD e do CDS-PP reiteram que esta Assembleia se deva fazer representar ao mais alto nível na deslocação à China referente à geminação com a cidade de Jining.

Sr. presidente da Mesa: – Neste momento não podemos votar mais nada. Mesmo que a proposta fosse aprovada, não se faz a marcação de uma viagem deste tipo de um dia para o outro. Continuação de boa tarde a todos.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta da 13H35 do dia 17 de setembro de 2015, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, o 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz